

ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012



Estudos da Central de Balanços
Novembro 2012

8



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

ANÁLISE SETORIAL DAS
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS
EM PORTUGAL 2011/2012

Estudos da Central de Balanços

Novembro 2012

8



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estatística

Design, impressão e acabamento

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Lisboa, 2012

Tiragem

1 000 exemplares

ISSN 1647-967X (impresso)

ISSN 1647-9688 (*on-line*)

Depósito legal n.º 320301/10

NOTA PRÉVIA

A presente análise baseia-se fundamentalmente na informação recolhida através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, de uma só vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Os dados de 2011, no entanto, foram entregues até ao final de julho de 2012, devido à disponibilização tardia da aplicação de recolha.

As contas anuais de 2011 reportadas através da declaração IES baseiam-se, pelo segundo ano, no SNC – Sistema de Normalização Contabilística. O normativo contabilístico introduzido em 2010, que altera o paradigma da prestação de contas e confere especial relevância aos princípios do reporte contabilístico e financeiro, tornou ainda mais relevante o processo de controlo de qualidade que o Banco de Portugal efetua sobre a informação reportada pelas empresas. Este processo visa essencialmente assegurar a coerência e a integridade da informação contabilística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados. No âmbito dessa análise é também efetuado o confronto com os dados obtidos no âmbito dos outros sistemas de estatísticas da responsabilidade do Banco de Portugal.

Deste modo, os dados disponíveis para o universo das empresas em Portugal referem-se a 2011, sendo complementados, para um conjunto restrito de empresas, com informação trimestral para um período mais recente. Os dados da Central de Balanços relativos a 2012 são de natureza preliminar, abrangendo os dois primeiros trimestres do ano, e baseiam-se nos dados contabilísticos trimestrais reportados através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). O ITENF é um inquérito do INE e do Banco de Portugal realizado junto de uma amostra de empresas, através do qual se procura obter informação sobre um grupo de variáveis económico-financeiras. As respostas obtidas no âmbito do ITENF, relativas a mais de três mil empresas, cobrem uma parte significativa da situação e da atividade do setor institucional das Sociedades não Financeiras (SNF) em Portugal e podem ser utilizadas para estimar a sua evolução global. Os resultados trimestrais refletem sobretudo o que se passa nos setores de atividade económica e nas classes de dimensão que se encontram melhor cobertos no ITENF, nomeadamente a *Indústria* e o agregado das grandes empresas.

A informação relativa a 2012 é ainda complementada com dados relativos à dívida financeira das empresas portuguesas disponíveis a partir de outras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) e do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET).

SUMÁRIO

Em 2011 os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal refletem uma evolução negativa da atividade e da rentabilidade dos capitais próprios das empresas em Portugal. Para 2012 a informação disponível até ao segundo trimestre aponta para um agravamento da situação. Os resultados apurados a partir da Central de Balanços para o setor das Sociedades Não Financeiras (SNF) enquadram-se na evolução do PIB português, que decresceu 1.7% em 2011 e, ainda de acordo com os dados preliminares do INE, 2.8% no primeiro semestre de 2012.

Com base na informação da Central de Balanços, em 2011 o número de empresas em atividade em Portugal diminuiu pelo terceiro ano consecutivo, desta feita em cerca de 1%. A *Agricultura e Pescas* destacou-se como o setor onde o rácio natalidade/mortalidade foi mais elevado (o número de empresas que iniciaram atividade foi superior ao das que encerraram atividade em 30%), enquanto a *Construção* foi onde esse rácio foi mais baixo (o número de empresas que encerraram atividade superou o das que iniciaram atividade em 70%).

O EBITDA (Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações; do inglês, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) das empresas diminuiu 29% em 2011, sendo que todas as classes de dimensão e setores de atividade económica contribuíram para essa diminuição. Os maiores decréscimos foram registados nas microempresas (48%) e no setor da *Construção* (64%).

A rentabilidade dos capitais próprios das empresas reduziu-se de 10%, em 2010, para 3% em 2011. O decréscimo foi generalizado, sendo de destacar as rentabilidades negativas apresentadas pelas microempresas (-1%), pela *Construção* (-9%) e pela *Agricultura e Pescas* (-1%). A *Eletricidade e Água* manteve-se como o setor de atividade com maior rentabilidade dos capitais próprios (12%).

Em 2011 o financiamento por capitais próprios permaneceu reduzido: representava menos de 25% do ativo na maioria das empresas. As microempresas apresentaram resultados muito heterogéneos, mas mantiveram a maior autonomia financeira em termos médios (40%). Por setores de atividade económica, a *Construção* permaneceu com o menor grau de autonomia financeira (21%).

Por outro lado, a dívida financeira (empréstimos bancários, títulos de dívida e financiamentos remunerados de empresas do grupo) e os créditos comerciais representavam, em 2011, mais de dois terços do financiamento alheio. Face a 2010, apenas o financiamento de empresas do grupo cresceu (14%), sendo que, do lado dos decréscimos, se destacaram os empréstimos bancários (8%). O agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa teve reflexo evidente nas contas das empresas. Com efeito, os juros suportados pelas mesmas aumentaram 18% face a 2010, tendo este aumento sido transversal a todas as classes de dimensão e setores de atividade económica. Em consequência, a pressão financeira sobre as empresas aumentou, com o peso dos juros no EBITDA a situar-se em 28%, o que representou um agravamento de 11 p.p. face a 2010. Para 2012, os dados disponíveis indiciam um agravamento dos encargos com a dívida financeira.

Os créditos comerciais representavam, em 2011, 17% do passivo das empresas. Globalmente, os créditos concedidos a clientes foram superiores aos créditos obtidos junto de fornecedores, tendo-se mantido, desta forma, a situação deficitária para as empresas em termos de financiamento por via da dívida comercial. Ainda assim, em 2011, para além da *Agricultura e Pescas*, também o *Comércio* e o agregado das grandes empresas garantiram financiamento líquido por esta via. Pelo contrário, a situação da *Construção* deteriorou-se significativamente, com o prazo médio de recebimentos a agravar-se substancialmente, o que colocou este setor na posição mais negativa em termos desta forma de financiamento.

Relativamente ao final do primeiro semestre de 2012, tendo em consideração a informação complementar disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, os empréstimos concedidos às empresas por instituições de crédito residentes retraíram-se 3%, com destaque para as empresas de menor dimensão e para os setores do *Comércio* e da *Construção*. O rácio de crédito vencido continuou a crescer de forma significativa, tendo atingido 10% no final do primeiro semestre de 2012. O aumento foi particularmente expressivo nos mesmos agregados de empresas referidos anteriormente.

ÍNDICE

I SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012

3	1 Introdução
4	2 Estrutura e Dinâmica
4	2.1 Estrutura
8	2.2 Dinâmica
12	3 Análise Económica e Financeira
12	3.1 Enquadramento
12	3.2 Atividade e rendibilidade
12	3.2.1 Volume de negócios
14	3.2.2 Custos da atividade operacional
17	<i>Caixa 1 Relevância do exterior na atividade operacional das empresas</i>
19	3.2.3 EBITDA
20	3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios
23	<i>Caixa 2 Análise baseada na evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas</i>
28	3.3 Situação financeira
28	3.3.1 Estrutura financeira
31	<i>Caixa 3 Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes – caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito</i>
34	3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade
37	<i>Caixa 4 Crédito obtido através da emissão de títulos de dívida – caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos</i>
39	3.3.3 Financiamento por dívida comercial
43	Síntese Metodológica
44	Referências
46	Estudos da Central de Balanços

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 5** Gráfico 1 Estrutura das SNF (2011)
- 8** Gráfico 2 Indicadores demográficos das SNF
- 9** Gráfico 3 Rácio de natalidade/mortalidade
- 13** Gráfico 4 Volume de negócios | Taxa de crescimento anual
- 13** Gráfico 5 Volume de negócios | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual
- 15** Gráfico 6 Custos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual
- 17** *Caixa 1 - Gráfico 1.1 Exportações e Importações de bens e serviços (2011)*
- 18** *Caixa 1 - Gráfico 1.2 Transações de bens e serviços com o exterior (Saldo em 2010 e 2011)*
- 18** *Caixa 1 - Gráfico 1.3 Transações de bens e serviços com o exterior (2006 a 2011)*
- 21** Gráfico 7 Rendibilidade dos capitais próprios
- 23** *Caixa 2 - Gráfico 2.1 Estrutura das empresas atendendo à variação do número de pessoas ao serviço (2011)*
- 24** *Caixa 2 - Gráfico 2.2 Volume de negócios | Diferencial de taxas de crescimento anuais (2011)*
- 25** *Caixa 2 - Gráfico 2.3 Peso das exportações no volume de negócios | Diferencial (2011)*
- 25** *Caixa 2 - Gráfico 2.4 Rendibilidade dos capitais próprios | Diferencial (2011)*
- 26** *Caixa 2 - Gráfico 2.5 Autonomia financeira | Diferencial (2011)*
- 26** *Caixa 2 - Gráfico 2.6 Empréstimos obtidos junto de IC residentes | Diferencial de taxas de crescimento anuais (2011)*
- 28** Gráfico 8 Autonomia financeira | Distribuição por quartis e média ponderada
- 30** Gráfico 9 Estrutura do passivo (2011)
- 30** Gráfico 10 Evolução da dívida financeira e dos créditos comerciais | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)
- 31** *Caixa 3 - Gráfico 3.1 Evolução do financiamento obtido junto de IC residentes | Taxa de crescimento (em %) e contributos (em p.p.) - valores no final do período*
- 32** *Caixa 3 - Gráfico 3.2 Rácios de crédito vencido (no final do período)*
- 33** *Caixa 3 - Gráfico 3.3 Empresas com crédito vencido (no final do período)*
- 34** Gráfico 11 Juros suportados | Taxa de crescimento anual e taxa de juro de mercado
- 36** Gráfico 12 Peso dos juros suportados no EBITDA
- 37** *Caixa 4 - Gráfico 4.1 Financiamento por títulos de dívida (posição no final do primeiro semestre de 2012)*
- 38** *Caixa 4 - Gráfico 4.2 Detentores de títulos de dívida*
- 39** Gráfico 13 Prazo médio de recebimentos | Em dias
- 40** Gráfico 14 Prazo médio de pagamentos | Em dias
- 41** Gráfico 15 Financiamento líquido por dívida comercial | Em % do volume de negócios

ÍNDICE DE QUADROS

- 6** Quadro 1 Estrutura por classes de dimensão (2011)
- 7** Quadro 2 Principais setores de atividade económica, por distritos (2011)
- 8** Quadro 3 Estrutura por classes de maturidade (2011)
- 11** Quadro 4 Rácio de natalidade/mortalidade (Divisão da CAE Rev. 3)
- 12** Quadro 5 PIB e principais componentes | Taxa de crescimento anual
- 14** Quadro 6 Volume de negócios | Taxa de crescimento anual
- 16** Quadro 7 Custos da atividade operacional | Estrutura (2011)
- 19** Quadro 8 EBITDA | Taxa de crescimento anual
- 19** Quadro 9 EBITDA | Peso das empresas com crescimento anual
- 21** Quadro 10 Rendibilidade dos capitais próprios
- 22** Quadro 11 Peso das empresas com capitais próprios negativos
- 38** Caixa 4 - Quadro 4.1 *Peso dos títulos de dívida de curto prazo no total de títulos de dívida emitidos (no final do período)*

ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IC	Instituições de Crédito
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (excluem as microempresas)
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SEC 95	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNF	Sociedades não Financeiras

SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012



INTRODUÇÃO

1

ESTRUTURA E DINÂMICA

2

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3

I SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012

1 INTRODUÇÃO

O estudo *Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2011/2012* avalia a situação económica e financeira das Sociedades não Financeiras (SNF)¹ residentes em Portugal a partir da informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal².

A presente publicação corresponde a uma atualização dos *Estudos da Central de Balanços* | 3 e 7, sendo que a análise incide sobretudo sobre a evolução registada em 2011, de acordo com a informação apurada a partir do reporte da Informação Empresarial Simplificada (IES) mais recente. Sempre que os dados de base o permitem, inclui-se igualmente informação relativa ao primeiro semestre de 2012.

Os resultados aqui apresentados complementam os dados agregados sobre empresas³, apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados no âmbito das publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴. Através da análise dos dados microeconómicos disponibiliza-se detalhe adicional sobre os resultados agregados divulgados para o setor das SNF e para os demais subconjuntos de empresas, como por exemplo os setores de atividade económica e as classes de dimensão de empresas. Pretende-se, desta forma, identificar e explorar grupos heterogéneos de empresas, tendo em consideração características distintas.

A análise inicia-se com uma breve referência à estrutura e dinâmica do setor das empresas em 2011. De seguida analisa-se a evolução recente do seu volume de negócios e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas, procurando também fornecer alguma informação sobre a respetiva capacidade de solvência.

Por último, a partir da informação complementar disponível noutras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, apresentam-se detalhes sobre a dívida financeira das empresas em Portugal, nomeadamente no que respeita aos empréstimos do setor financeiro residente e à dívida titulada.

Em Anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados ao longo do *Estudo*. No sítio do Banco de Portugal na Internet encontram-se igualmente disponíveis as séries estatísticas analisadas.

1 O setor das SNF constitui um dos cinco setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), aprovado pelo Conselho através do Regulamento nº 2223/96, de 25 de junho. O SEC95 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. Tendo por base este normativo, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste documento para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios).

2 A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais (Central de Balanços Anual) comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais (Central de Balanços Trimestral) reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de três mil empresas, representativas de 40% do volume de negócios do setor. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 5/2005 – *Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços e 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços* | 6 – *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, de dezembro de 2011.

3 Por uma questão de simplificação utilizam-se neste *Estudo* as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada, sendo que ambas excluem o agregado dos ENI.

4 As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no Boletim Estatístico do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no sítio do Banco de Portugal na *Internet* e no *BPstat* | *Estatísticas Online*.

Em 2011, o número de SNF em Portugal manteve-se em torno das 370 mil empresas

2 ESTRUTURA E DINÂMICA

2.1 Estrutura

Em 2011, o setor das SNF utilizado como referência para as estatísticas da Central de Balanços do Banco de Portugal compreendia perto de 370 mil empresas. O agregado *Outros Serviços* foi o **setor de atividade económica**⁵ mais importante em termos do número de empresas, cerca de 170 mil, seguido pelo *Comércio*, com perto de 100 mil empresas. A *Agricultura e Pescas*, com cerca de 10 mil empresas, e a *Eletricidade e Água*, com menos de 2 mil empresas, foram as atividades com menor peso.

Em termos da importância relativa de cada setor de atividade económica no total das SNF, não se verificaram grandes alterações estruturais em 2011, por comparação com o ano anterior. Ainda assim, merece destaque o maior contributo da *Indústria* para o total do volume de negócios das SNF (+2 p.p.), e, em contrapartida, a diminuição dos pesos da *Construção* (-1.5 p.p.) e dos *Outros Serviços* (-0.9 p.p.). Este último setor, por seu turno, aumentou a sua contribuição para o total das SNF em termos do emprego (+0.9 p.p.) e do número de empresas (+0.7 p.p.). O setor da *Construção*, pelo contrário, também perdeu relevância nos demais indicadores: número de empresas (-0.4 p.p.) e número de pessoas ao serviço (-1 p.p.).

Desta forma, os *Outros Serviços* foram em 2011 o setor com maior parcela de empresas (46%) e de pessoas ao serviço (41%) das SNF (Gráfico 1), sobretudo devido a:

- atividades da Secção M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, onde se incluem as atividades de consultoria de gestão, jurídica, engenharia, entre outras, e da Secção I – *Alojamento, restauração e similares*, que agregavam 10% e 9% do número total de SNF, respetivamente.
- atividades da Secção N – *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, onde se incluem as atividades de trabalho temporário, e da Secção I – *Alojamento, restauração e similares*, que representavam 10% e 7% do número total de pessoas ao serviço nas SNF, respetivamente.

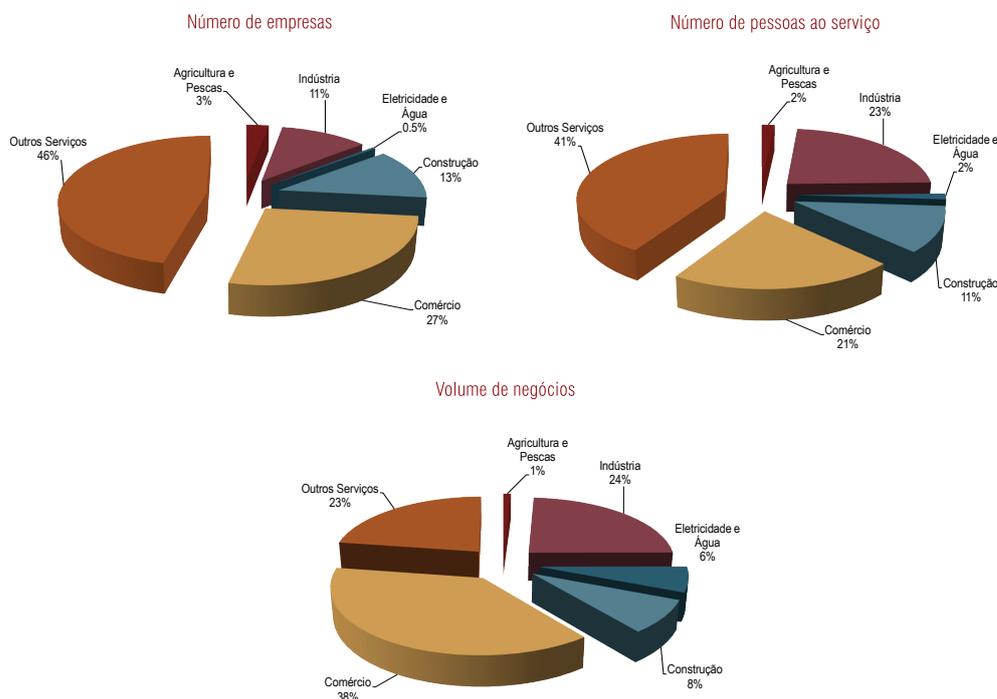
Apesar do aumento do peso da *Indústria*, manteve-se a predominância das atividades ligadas aos serviços...

Ao nível do volume de negócios das SNF, o *Comércio* apresentou o maior contributo (38%), seguido da *Indústria* (24%), que em 2011 superou os *Outros Serviços* (23%). Dentro da *Indústria*, merecem destaque as atividades associadas às Divisões 19 – *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis* e 29 – *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*, em que o volume de negócios cresceu 19% e 18%, respetivamente, face a 2010, contribuindo conjuntamente para 5% do total do volume de negócios das SNF (19% do volume de negócios gerado pelo setor da *Indústria*).

⁵ A definição dos setores de atividade económica utilizada neste *Estudo* encontra-se detalhada em Anexo.

Gráfico 1

ESTRUTURA DAS SNF (2011)



... e às microempresas e PME (99.7% das SNF em Portugal), ainda que as grandes empresas tenham aumentado o seu peso em termos do volume de negócios e do NPS

As microempresas foram predominantes em todos os setores de atividade, mas foram as PME que agregaram maior parcela de emprego

Por **classe de dimensão**⁶, manteve-se em 2011 a estrutura verificada nos anos anteriores, em que a esmagadora maioria das empresas (99.7%) apresentava uma dimensão micro, pequena ou média (Quadro 1). A classe das grandes empresas, embora tenha mantido em 2011 o seu peso relativo em número de empresas (0.3%), viu aumentada a sua relevância, tanto em número de pessoas ao serviço (+1 p.p.), como em volume de negócios (+2.2 p.p.).

As microempresas constituíram a classe de dimensão dominante em todos os setores de atividade económica considerados, tendo o seu peso inclusivamente aumentado em todos eles, ainda que em alguns casos em menos de 1 p.p. A *Indústria* e a *Eletricidade e Água* foram os setores em que esta classe de dimensão teve menor peso relativo, ainda assim de 69% e 71%, respetivamente.

Quanto ao número de pessoas ao serviço, as Pequenas e Médias Empresas (PME) destacavam-se, quer no agregado das SNF, quer na maioria dos setores de atividade económica. As exceções foram a *Eletricidade e Água* e os *Outros Serviços*, onde as grandes empresas tiveram supremacia (50% e 41%, respetivamente). No entanto, o peso relativo das PME em termos do número de pessoas ao serviço diminuiu em 2011 na generalidade dos setores, por contrapartida das microempresas e das grandes empresas.

⁶ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste *Estudo* encontra-se detalhada em Anexo.

Quadro 1

ESTRUTURA POR CLASSES DE DIMENSÃO (2011)								
Indicador	Dimensão	Total	Por setores de atividade económica					
			Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
Número de Empresas	Microemp.	88.1%	90.7%	69.4%	70.5%	85.9%	89.8%	92.2%
	PME	11.6%	9.3%	29.8%	26.7%	13.9%	10.0%	7.5%
	Grandes emp.	0.3%	0.1%	0.8%	2.8%	0.2%	0.2%	0.3%
Número Pessoas ao Serviço	Microemp.	26.3%	43.2%	13.7%	4.9%	31.8%	35.7%	27.1%
	PME	43.6%	51.9%	63.8%	44.8%	50.4%	40.4%	31.8%
	Grandes emp.	30.0%	4.8%	22.4%	50.3%	17.8%	23.8%	41.1%
Volume de Negócios	Microemp.	14.5%	38.4%	5.4%	1.8%	17.4%	18.1%	19.3%
	PME	40.3%	55.1%	43.5%	19.7%	44.7%	41.8%	37.9%
	Grandes emp.	45.2%	6.5%	51.1%	78.5%	37.9%	40.1%	42.8%

Nota: Valores a azul indicam variações positivas (acima de 1 p.p.) face à estrutura registada em 2010. Em oposição, valores a encarnado indicam variações negativas (abaixo de -1 p.p.).

Considerando a variável volume de negócios, as grandes empresas sobressaíram, com um contributo para o agregado das SNF superior ao das PME em cerca de 5 p.p. (+ 4 p.p. face a 2010). Este aumento foi sentido em praticamente todos os setores de atividade económica, com destaque para a *Indústria* onde as grandes empresas representavam mais de 51% do volume de negócios, tendo aumentado mais do que 3 p.p. face a 2010. A classe das grandes empresas também verificou aumentos significativos nos setores da *Construção* e do *Comércio* (+ 2 p.p.). Não obstante, continuou a ser na *Eletricidade e Água* que as grandes empresas exibiam a posição de maior relevo, com 79% do volume de negócios deste setor.

Lisboa e Porto agregaram 46% das SNF e 59% do respetivo volume de negócios

Relativamente à **localização geográfica**⁷, era evidente uma elevada concentração das sedes sociais das empresas nos distritos de Lisboa e Porto: 46% do total das SNF e cerca de 59% do volume de negócios total (Quadro 2).

Apesar do maior peso relativo do setor dos *Outros Serviços*, a *Indústria* destacou-se nos distritos do Porto, Braga, Aveiro e Setúbal

Os *Outros Serviços* e o *Comércio* constituíram, em cada distrito, as atividades com maior número de empresas. No entanto, em termos do número de pessoas ao serviço e do volume de negócios, o setor da *Indústria* ganha relevância, superando quer os *Outros Serviços* quer o *Comércio* em alguns distritos, como Porto, Braga, Aveiro e Setúbal. Neste domínio, destacam-se as atividades associadas às Divisões 25 – *Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos* e 29 – *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*, em Aveiro e Setúbal, e as Divisões 13 – *Fabricação de têxteis* e 14 – *Indústria do vestuário*, em Braga, e ainda as Divisões 31 – *Fabrico de mobiliário e de colchões*, 10 – *Indústrias alimentares* e 11 – *Indústria das bebidas*, no Porto.

⁷ A localização geográfica refere-se ao distrito de localização da sede da empresa.

Quadro 2

Distrito Peso no total das SNF	Indicador		
	Número de empresas	Número de pessoas ao serviço	Volume de negócios
Lisboa 28.2% do número de empresas 35.1% do número de pessoas ao serviço 43.1% do volume de negócios	Outros Serviços (57.1%)	Outros Serviços (57.7%)	Comércio (38.1%)
	Comércio (25.4%)	Comércio (22.8%)	Outros Serviços (29.8%)
Porto 17.6% do número de empresas 18.5% do número de pessoas ao serviço 15.9% do volume de negócios	Outros Serviços (43.8%)	Outros Serviços (33.9%)	Comércio (40.5%)
	Comércio (28.6%)	Indústria (28.7%)	Indústria (24.7%)
Braga 7.5% do número de empresas 8.0% do número de pessoas ao serviço 5.6% do volume de negócios	Outros Serviços (34.0%)	Indústria (47.9%)	Indústria (42.0%)
	Comércio (27.0%)	Outros Serviços (18.4%)	Comércio (31.9%)
Aveiro 6.4% do número de empresas 6.7% do número de pessoas ao serviço 5.5% do volume de negócios	Outros Serviços (35.0%)	Indústria (54.0%)	Indústria (54.9%)
	Comércio (29.2%)	Outros Serviços (20.3%)	Comércio (27.0%)
Setúbal 6.2% do número de empresas 4.7% do número de pessoas ao serviço 5.8% do volume de negócios	Outros Serviços (48.1%)	Outros Serviços (41.7%)	Indústria (45.8%)
	Comércio (26.1%)	Indústria (22.0%)	Comércio (29.8%)
Outros distritos 34.1% do número de empresas 27.0% do número de pessoas ao serviço 24.2% do volume de negócios	Outros Serviços (43.0%)	Outros Serviços (36.6%)	Comércio (42.0%)
	Comércio (27.1%)	Indústria (22.8%)	Indústria (24.0%)

Nota: Para cada distrito são identificados os dois setores de atividade económica mais importantes, atendendo ao indicador identificado em coluna.

Quanto à natureza jurídica⁸, a esmagadora maioria das SNF encontrava-se constituída sob a forma de sociedades por quotas (89%), enquanto as sociedades anónimas representavam apenas 6%. Em termos do número de pessoas ao serviço, as sociedades por quotas ainda dominavam (59%), mas o seu contributo para o volume de negócios total das SNF foi inferior ao das sociedades anónimas (42% e 52%, respetivamente). Face a 2010, o peso das sociedades anónimas cresceu ligeiramente (1 p.p.) ao nível, quer do emprego, quer do volume de negócios, por contrapartida das sociedades por quotas.

Por último, em termos da **maturidade das empresas**⁹, destacaram-se as maturidades inferiores a 10 anos (cerca de 52% das empresas em 2011), sendo que na generalidade dos setores de atividade económica este era o tipo de empresas que predominava, com destaque para a *Eletricidade e Água* onde cerca de dois terços das empresas tinha menos de 10 anos (Quadro 3).

No entanto, tanto ao nível do emprego como do volume de negócios, eram as empresas mais antigas que predominavam. Com efeito, 75% do volume de negócios gerado pelas SNF em 2011 encontrava-se associado a empresas com mais de 10 anos de atividade, as quais agregavam igualmente a maior parcela de pessoas ao serviço (69%). Neste âmbito, destacou-se o setor da *Indústria*, com 81% das pessoas ao serviço e 85% do volume de negócios afetos a empresas com mais de 10 anos.

As sociedades anónimas representavam 6% das SNF e agregavam 52% do seu volume de negócios

Em geral, as empresas com maturidades inferiores a 10 anos foram predominantes; a *Indústria* e o *Comércio* foram as únicas exceções a esta regra...

⁸ Atendendo à multiplicidade de categorias que o normativo nacional comporta para a classificação das empresas por natureza jurídica, optou-se por destacar apenas as sociedades anónimas e as sociedades por quotas, sendo as restantes naturezas jurídicas agregadas sob a designação de "outras".

⁹ A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. De forma a definir conjuntos relativamente homogêneos e com significado ao nível da informação compilada, foram construídas três classes de maturidade: até 10 anos (inclusive); entre 10 e 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

... enquanto ao nível do emprego e do volume de negócios as empresas mais antigas foram as mais relevantes

Quadro 3

ESTRUTURA POR CLASSES DE MATURIDADE (2011)								
Indicador	Classe de maturidade	Total	Por setores de atividade económica					
			Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
Número de Empresas	Até 10 anos	51.7%	52.9%	37.9%	67.0%	51.7%	49.1%	56.2%
	De 10 a 20 anos	28.1%	25.2%	30.1%	25.0%	32.0%	26.4%	27.7%
	Mais de 20 anos	20.3%	21.8%	32.0%	8.0%	16.3%	24.5%	16.1%
Número Pessoas ao Serviço	Até 10 anos	30.8%	41.9%	19.0%	26.1%	35.1%	27.5%	37.7%
	De 10 a 20 anos	28.4%	25.5%	25.0%	46.6%	29.0%	28.7%	29.3%
	Mais de 20 anos	40.8%	32.6%	56.0%	27.4%	35.9%	43.8%	33.0%
Volume de Negócios	Até 10 anos	25.0%	37.1%	14.7%	35.3%	30.7%	24.4%	31.7%
	De 10 a 20 anos	28.5%	25.1%	21.0%	45.1%	21.1%	30.1%	32.1%
	Mais de 20 anos	46.4%	37.8%	64.3%	19.6%	48.2%	45.5%	36.2%

Nota: Os valores mais elevados de cada cruzamento "setor/indicador" encontram-se sombreados.

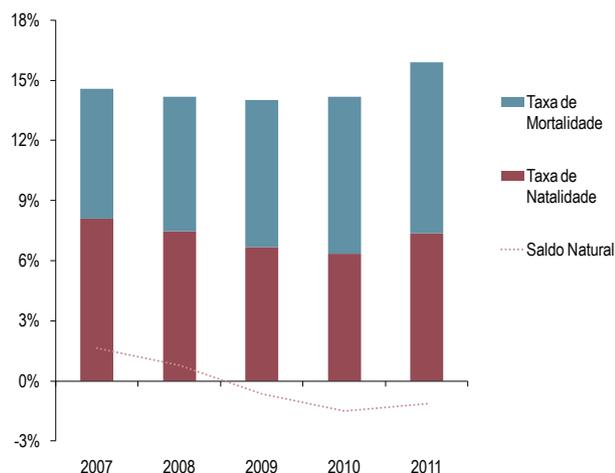
2.2 Dinâmica

Em 2011, o número de SNF registou uma nova contração (saldo natural de -1.2%)

No ano de 2011 registou-se uma nova contração do universo das SNF (-1.2%), com a taxa de mortalidade das empresas a ultrapassar a de natalidade pelo terceiro ano consecutivo. Ainda assim, o saldo natural registou um ligeiro desagravamento face a 2010 (-0.3 p.p.), resultado de um maior crescimento da taxa de natalidade (+1 p.p.) por comparação com a taxa de mortalidade (+ 0.7 p.p.) (Gráfico 2).

Gráfico 2

INDICADORES DEMOGRÁFICOS DAS SNF



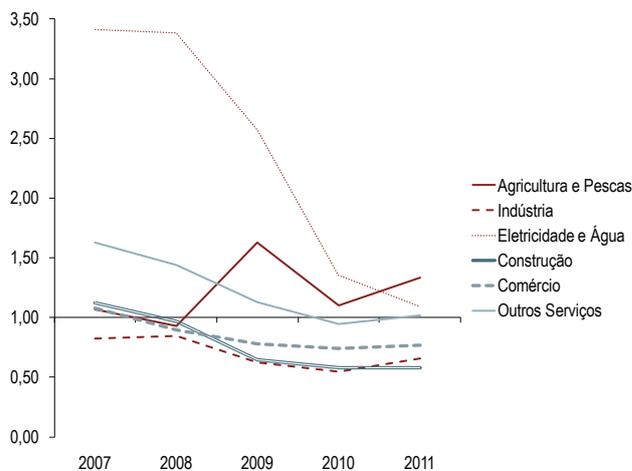
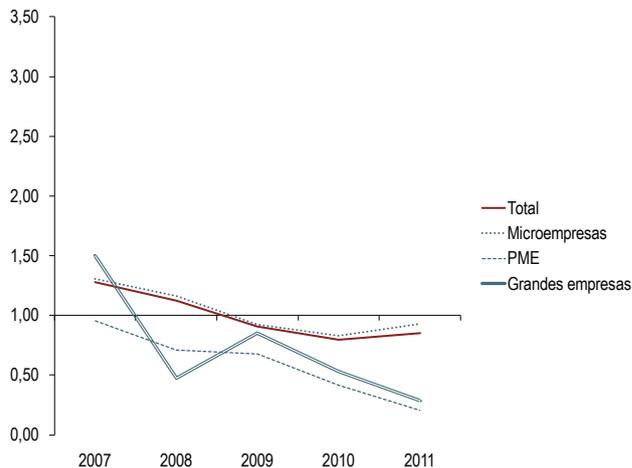
As microempresas apresentaram o saldo mais elevado de criações face a cessações...

A diminuição do número de empresas afetou todas as classes de dimensão, tendo sido mais notória nas PME e nas grandes empresas. Nestas duas classes verificou-se um agravamento desta

situação desde 2009, enquanto nas microempresas registou-se um ligeiro desagravamento em 2011 (Gráfico 3). Atendendo ao elevado número de microempresas, esta classe de dimensão determinou a evolução do setor das SNF.

Gráfico 3

RÁCIO DE NATALIDADE/MORTALIDADE



Nota: Um rácio natalidade/mortalidade igual à unidade significa que as empresas criadas equivalem, em número, às empresas cessadas num determinado ano.

A nível setorial importa destacar a *Agricultura e Pescas*, que, contrariando a evolução do universo das SNF, registou desde 2009 rácios de natalidade/mortalidade superiores à unidade. Até 2010 essa expansão foi sustentada pelas Divisões 01 – *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados* e 02 – *Silvicultura e exploração florestal*, enquanto em 2011 também a Divisão 03 – *Pesca e aquicultura* contribuiu de forma positiva (Quadro 4).

...bem como a *Agricultura e Pescas*

A *Eletricidade e Água* foi outro setor que também se expandiu, ainda que numa escala inferior à registada em anos anteriores. Em tendência, o setor dos *Outros Serviços* apresentou um comportamento similar ao do conjunto das SNF; no entanto, o facto do saldo natural ter sido mais próximo da unidade levou a que o peso relativo deste setor no universo das SNF tenha aumentado em 2011. Apesar da desaceleração em termos globais, algumas atividades do setor dos *Outros Serviços* registaram rácios de natalidade/mortalidade elevados (de valor superior a 2):

Divisões 53 – *Atividades postais e de courier*, 74 – *Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, 51 – *Transportes aéreos*, 75 – *Atividades veterinárias*, 61 – *Telecomunicações* e 86 – *Atividades de saúde humana*.

A *Construção* apresentou o saldo mais baixo de criações face a cessações...

De entre os setores com redução no número de empresas merece destaque o da *Construção*, que apresentou em 2011 o pior rácio de natalidade/mortalidade (0.6). No Quadro 4 é possível verificar que esta situação foi transversal às diversas atividades deste setor e prosseguiu a evolução registada desde 2009, período no qual nenhuma das divisões que compõem o setor da *Construção* registou rácios de natalidade/mortalidade superiores à unidade, tendo mesmo chegado a valores inferiores a 0.5 na Divisão 42 – *Engenharia civil* e, mais recentemente, na Divisão 41 – *Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios*.

... ao mesmo tempo que algumas atividades industriais apresentaram uma ligeira melhoria

No caso da *Indústria*, embora o rácio de natalidade/mortalidade se tenha mantido abaixo da unidade, verificou-se em 2011 uma ligeira inversão da tendência. A análise por Divisão da CAE Rev.3 permite verificar que essa inversão decorreu essencialmente do comportamento das atividades associadas às Divisões 11 – *Indústria das bebidas*, 15 – *Indústria do couro e dos produtos do couro*, 33 – *Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos* e 19 – *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis* (ainda que, neste último caso, o número de empresas em causa tenha sido muito pouco significativo).

Quadro 4

RÁCIO DE NATALIDADE/MORTALIDADE (DIVISÃO DA CAE REV. 3)													
Setor	Div.	2007	2008	2009	2010	2011	Setor	Div.	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura e Pescas	01						Comércio	45					
	02							46					
	03							47					
Indústria	05						Outros Serviços	49					
	06							50					
	07							51					
	08							52					
	09							53					
	10							55					
	11							56					
	12							58					
	13							59					
	14							60					
	15							61					
	16							62					
	17							63					
	18							68					
	19							69					
	20							70					
	21							71					
	22							72					
	23							73					
	24							74					
25						75							
26						77							
27						78							
28						79							
29						80							
30						81							
31						82							
32						85							
33						86							
35						87							
36						88							
Eletricidade e Água	37						90						
	38						91						
	39						92						
Construção	41						93						
	42						94						
	43						95						
						96							

Legenda: Os códigos de Divisão apresentados correspondem aos da CAE Rev. 3 (consultar em <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=caerev3&xpid=INE>). Os rácios de criações/cessações foram agrupados em 4 escalões, correspondendo a cada escalão uma cor:

- Superior a 1.25;
- Entre 1 e 1.25;
- Entre 0.5 e 1;
- Inferior a 0.5.

3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Enquadramento

A crescente pressão dos mercados financeiros internacionais sobre a dívida soberana portuguesa, em virtude, quer da generalização da crise da dívida soberana na área do euro, quer dos receios dos investidores internacionais quanto à sustentabilidade das finanças públicas e da dívida externa portuguesa, conduziu à formalização de um pedido de assistência financeira junto da União Europeia, dos países membros da área do euro e do Fundo Monetário Internacional, em abril de 2011.

O PIB Português
decreceu 1.7%
em 2011

Assim, o ano de 2011 fica marcado pelo início da adoção de um conjunto de medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural da economia portuguesa, inseridas num vasto programa de assistência económica e financeira delineado com o intuito de devolver à economia as condições necessárias ao seu crescimento sustentado e potenciar o seu financiamento junto dos investidores internacionais num futuro próximo. Em consequência da aplicação destas medidas, era expectável a contração da economia portuguesa no curto prazo. Como tal, em 2011 a atividade económica em Portugal recuou 1.7%, depois de ter crescido 1.4% em 2010. Os fortes decréscimos dos consumos público e privado e do investimento foram atenuados pelo dinamismo do saldo das operações comerciais com o exterior, com uma evolução favorável em contraciclo que contribuiu para uma diminuição das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa (Quadro 5).

No final do
primeiro
semestre
de 2012 a
redução do PIB
ascendeu a
2.8% em termos
homólogos

Em 2012 os dados apontam para uma queda do produto no primeiro semestre na ordem dos 2.8%, em termos homólogos. As estimativas mais recentes do Banco de Portugal apontam para uma queda de 3% no PIB no conjunto de 2012¹⁰.

Quadro 5

PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES Taxa de crescimento anual					
	2008	2009	2010	2011	2012 (1.º Semestre)
PIB	0.0%	-2.9%	1.4%	-1.7%	-2.8%
Consumo privado	1.3%	-2.3%	2.1%	-4.0%	-5.7%
Consumo público	0.3%	4.7%	0.9%	-3.8%	-2.9%
Formação bruta de capital fixo	-0.3%	-8.6%	-4.1%	-11.3%	-14.3%
Exportações	-0.1%	-10.9%	8.8%	7.5%	6.1%
Importações	2.3%	-10.0%	5.4%	-5.3%	-5.9%

Fonte: INE e Banco de Portugal

3.2 Atividade e rendibilidade

3.2.1 Volume de negócios¹¹

O volume de
negócios das
SNF diminuiu
5% em 2011

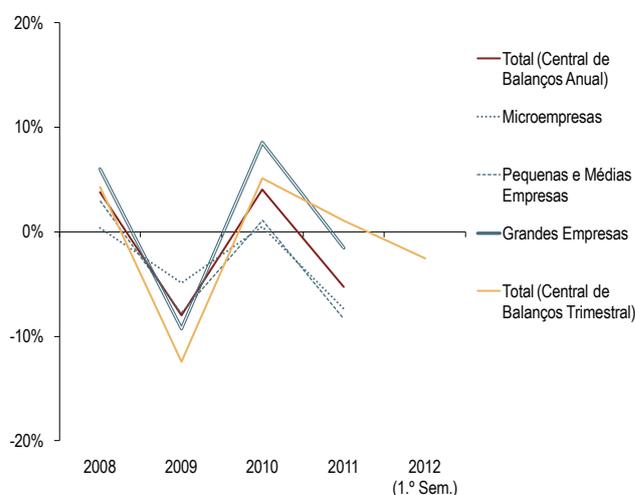
De acordo com os dados anuais da Central de Balanços o volume de negócios das SNF diminuiu 5% em 2011, depois de ter crescido perto de 4% em 2010. O decréscimo verificado em 2011 foi, mesmo assim, inferior ao registado em 2009 (8%). A informação preliminar da mesma base de dados (apurada a partir do ITENF) indicia que esta tendência de desaceleração se prolongou ao longo do primeiro semestre de 2012 (Gráfico 4).

¹⁰ Para mais informações acerca da evolução da atividade económica em Portugal pode ser consultado o *Relatório Anual do Banco de Portugal*, bem como o *Boletim Económico*, divulgado trimestralmente. Ambas as publicações encontram-se disponíveis em <http://www.bportugal.pt>.

¹¹ A "Caixa 1 | Relevância do exterior na atividade operacional das Sociedades não Financeiras" disponibiliza informação complementar sobre o peso do mercado externo na atividade das SNF residentes em Portugal.

Gráfico 4

VOLUME DE NEGÓCIOS | Taxa de crescimento anual



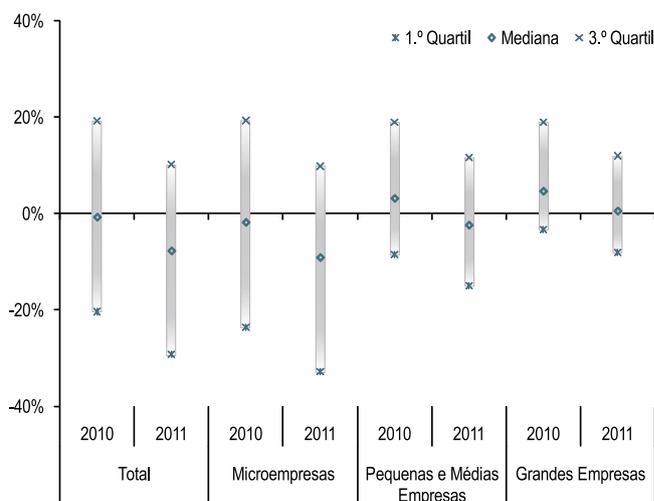
Agregando as empresas por dimensão, observa-se que todas as classes verificaram em 2011 uma retração do volume de negócios. No entanto, enquanto para as grandes empresas a retração foi pouco superior a 1%, para as microempresas e as PME a redução foi mais significativa (7% e 8%, respetivamente).

A análise dos dados individuais permite comprovar que o retrocesso na atividade foi verificado pela generalidade das empresas (Gráfico 5); ainda assim, denota-se uma relação entre o crescimento do volume de negócios e a dimensão das empresas. De facto, mais de metade das microempresas e das PME verificou uma redução no volume de negócios. Nas grandes empresas, o valor obtido pela empresa que ocupava a posição equivalente a metade das empresas da classe (mediana) foi de 1%. Por comparação com o ano anterior, todas as classes de dimensão revelaram uma degradação da situação em 2011, com o valor central da distribuição das taxas de crescimento do volume de negócios a passar de -2% para -9% nas microempresas, de 3% para -2% nas PME e de 5% para 1% nas grandes empresas.

Todas as classes de dimensão e setores de atividade económica contribuíram para esse decréscimo

Gráfico 5

VOLUME DE NEGÓCIOS | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual



Por setores de atividade económica, a contração do volume de negócios verificou-se essencialmente nos setores da *Construção*, do *Comércio* e dos *Outros Serviços* (Quadro 6). No caso da *Construção*, depois de um crescimento pouco significativo em 2010 (1%), o volume de negócios caiu perto de 19% em 2011. O volume de negócios do *Comércio* e dos *Outros Serviços* reduziu-se 5% e 10%, respetivamente. No setor dos *Outros Serviços* as maiores quedas verificaram-se nas Secções J – *Atividades de informação e de comunicação*, L – *Atividades imobiliárias* e R – *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (diminuição do volume de negócios de 23%, 24% e 31%, respetivamente).

Em sentido contrário, é de assinalar o crescimento do volume de negócios da *Indústria* (4%), ainda assim em desaceleração face ao crescimento registado em 2010 (8%). Na *Agricultura e Pescas* e na *Eletricidade e Água* o volume de negócios também cresceu (perto de 2%), sendo a segunda atividade a única em que o volume de negócios cresceu mais em 2011, por comparação com 2010 (+1 p.p.). Não obstante, a proporção de empresas com crescimento no volume de negócios registou uma quebra acentuada neste setor (50% em 2011, face a 70% em 2010), o que significa que o crescimento do volume de negócios na *Eletricidade e Água* se ficou a dever a um conjunto restrito de empresas com forte relevância no setor.

Neste domínio, apenas 37% das empresas em Portugal tiveram um aumento no volume de negócios (48% em 2010), sendo que a quebra dessa percentagem foi extensiva a todos os setores de atividade com exceção da *Agricultura e Pescas*. Nos setores do *Comércio* e da *Construção* a proporção de empresas com crescimento no volume de negócios foi menor, tendo-se situado em cerca de 33%.

A *Agricultura e Pescas* teve a maior parcela de empresas com crescimento no volume de negócios...

... o *Comércio* situou-se na posição oposta, acompanhado de perto pela *Construção*

Quadro 6

VOLUME DE NEGÓCIOS Taxa de crescimento anual								
Dimensão de análise	Ano	Total	Por setores de atividade económica					
			Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
Taxa de crescimento anual do volume de negócios	2010	4.0%	4.1%	7.6%	0.5%	0.9%	6.7%	-0.9%
	2011	-5.3%	1.9%	4.4%	1.6%	-18.9%	-5.4%	-10.4%
Número de empresas com crescimento	2010	48.3%	51.9%	51.1%	70.0%	44.9%	47.1%	48.7%
	2011	37.2%	52.8%	41.3%	49.8%	34.0%	32.7%	38.7%

3.2.2 Custos da atividade operacional¹²

Os custos associados à atividade operacional das empresas diminuíram 4% em 2011, depois de terem crescido na mesma proporção em 2010 (Gráfico 6). A evolução verificada em 2011 acompanhou de perto a quebra do volume de negócios (-5%) e ficou a dever-se a todas as componentes dos custos operacionais, ainda que a níveis distintos.

Neste domínio merece destaque a maior flexibilidade de adaptação da componente dos custos com o pessoal à redução da atividade. Com efeito, esta componente, que vinha a apresentar uma maior rigidez em acompanhar as variações da atividade das empresas nos últimos anos quando comparada com as outras componentes dos custos, registou um decréscimo de 6% face a 2010. Em termos

Os custos da atividade operacional diminuíram 4% em 2011

¹²O agregado "custos da atividade operacional" procura fazer um paralelismo com o que no POC era definido por custos operacionais, agregando apenas as rubricas mais relevantes destes: Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Custos com o Pessoal.

das outras rubricas, a maior queda coube aos FSE (9%) e a menor ao CMVMC (1%). Os dados preliminares da Central de Balanços relativos ao primeiro semestre de 2012 apontam para que a tendência de queda dos custos da atividade operacional tenha continuado.

Por classe de dimensão a diminuição dos custos com a atividade operacional foi particularmente notória nas microempresas e nas PME, com quedas de 6% e 7%, respetivamente. Nestas classes de dimensão todas as rubricas apresentaram quebras significativas, ao passo que nas grandes empresas se registou ainda um crescimento do CMVMC na ordem dos 6%. Pelo contrário, as grandes empresas registaram os decréscimos mais significativos nos FSE (11%) e nos custos com o pessoal (7%).

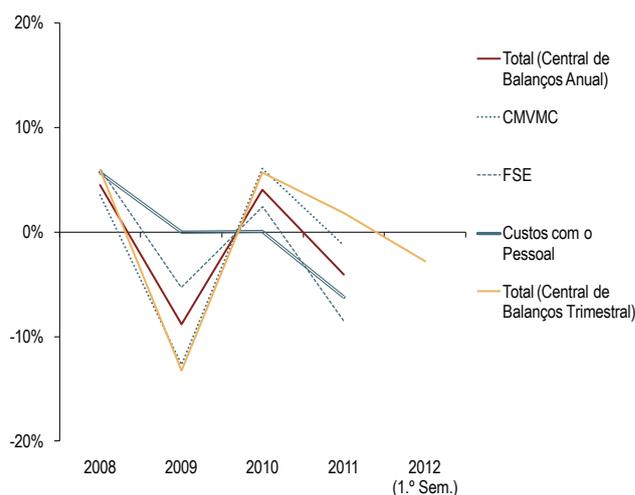
A nível setorial, a variação negativa dos custos associados à atividade operacional das empresas resultou das evoluções registadas na *Construção*, nos *Outros Serviços* e no *Comércio*, em linha com o decréscimo sentido ao nível do volume de negócios. Estes setores registaram decréscimos dos custos com a atividade operacional de 15%, 9% e 5%, respetivamente, com contribuição negativa de todas as componentes de custos.

Os custos com o pessoal caíram 6% face a 2010, mas os FSE registaram a maior contração (9%)

A variação negativa dos custos da atividade operacional esteve associada aos setores da *Construção*, *Outros Serviços* e *Comércio*, em linha com a atividade...

Gráfico 6

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL | Taxa de crescimento anual



Nos demais setores de atividade económica registaram-se variações positivas dos custos com a atividade operacional, com destaque para a *Indústria* (6%), em virtude do crescimento de 11% registado pelo CMVMC, que representava, no mesmo ano, cerca de dois terços dos custos da atividade operacional deste setor (Quadro 7). De notar, porém, a redução verificada nas restantes rubricas de custos operacionais deste setor, com destaque para o decréscimo de 3% registado pelos custos com o pessoal. A este respeito importa salientar as Divisões 10 – *Indústrias alimentares*, 14 – *Indústria do vestuário* e 29 – *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*, pelo facto de terem conseguido evoluções positivas do volume de negócios (4%, 3% e 16%, respetivamente, face a 2010), mesmo registando quedas nos respetivos custos com o pessoal.

A *Agricultura e Pescas* destaca-se por ser o único setor em que todas as rubricas dos custos operacionais cresceram, com destaque para o CMVMC (5%) e os FSE (3%), dado que os custos com o pessoal cresceram apenas marginalmente.

Quadro 7

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL <i>Estrutura (2011)</i>											
Rubrica	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade económica						
		Micro	PME	Grandes	Agríc. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.	
CMVMC	58.4%	53.5%	55.2%	63.0%	53.3%	66.4%	77.5%	25.5%	81.2%	15.7%	
FSE	26.3%	28.4%	27.8%	24.2%	30.0%	19.0%	16.7%	54.7%	10.6%	54.6%	
Custos com o pessoal	15.3%	18.1%	17.0%	12.8%	16.7%	14.5%	5.8%	19.8%	8.2%	29.8%	

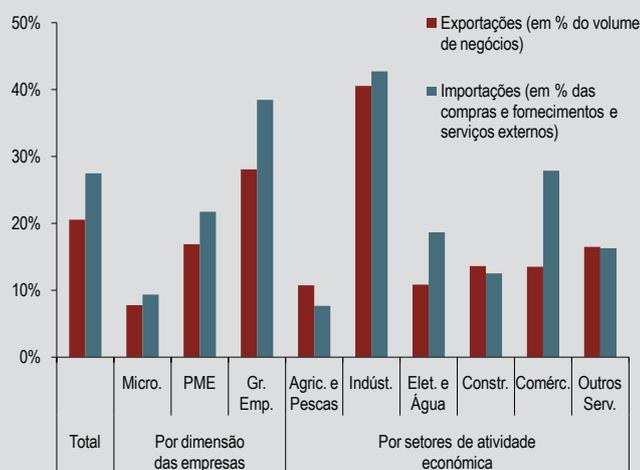
CAIXA 1 | RELEVÂNCIA DO EXTERIOR NA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS EMPRESAS

Procede-se nesta *Caixa* à avaliação do peso do mercado externo na atividade operacional das empresas em Portugal, tendo por base os dados da IES¹³. As exportações de bens e serviços cresceram 6% em 2011, tendo desacelerado significativamente face ao crescimento registado em 2010 (14%). No entanto, atendendo à queda da atividade, o mercado externo viu aumentado o seu peso no volume de negócios das empresas (21%, que compara com 18% em 2010).

De forma similar ao verificado em anos anteriores, o peso do mercado externo nas vendas e prestações de serviços das empresas foi diretamente proporcional à dimensão das empresas: 8% nas microempresas, 17% nas PME e 28% nas grandes empresas (Gráfico 1.1). O aumento deste peso face ao registado em 2010 foi maior nas PME e nas grandes empresas (cerca de 2 p.p.) do que nas microempresas (1 p.p.).

Gráfico 1.1

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (2011)



Por setores de atividade económica, o maior peso das exportações no volume de negócios continuou a verificar-se na *Indústria* (41% em 2011), com a contribuição do mercado externo a aumentar 2 p.p. face a 2010. Adicionalmente, o *Comércio* registou um aumento igualmente significativo: de 12%, em 2010, para mais de 13%, em 2011.

Relativamente às importações, em 2011, 27% das aquisições de bens e serviços por parte das empresas em Portugal teve origem no exterior (proporção similar à registada em 2010), tendo as importações registado um decréscimo de 2%. À semelhança das exportações, também ao nível das importações é possível identificar a relação de proporcionalidade entre o grau de relacionamento com o exterior e a dimensão das empresas. Enquanto nas microempresas apenas 9% das compras e FSE foram efetuadas fora de Portugal, nas PME essa parcela ascendeu a 22% e nas grandes empresas a 38%.

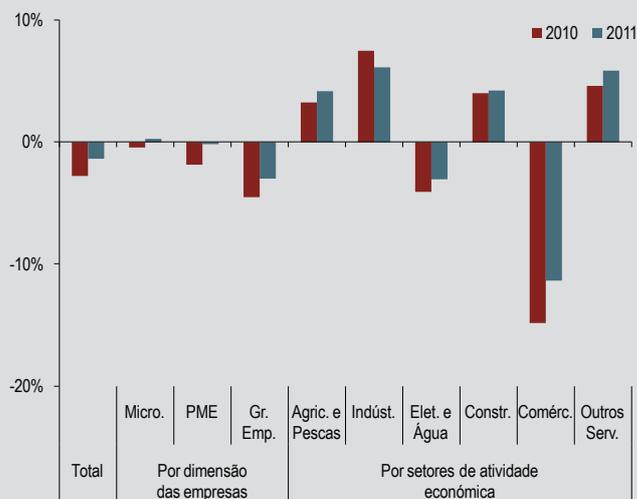
Por setores de atividade económica, a *Indústria* manteve-se no topo: a proporção de compras e FSE efetuados no exterior ascendeu a 43%, a que corresponde um aumento de 3 p.p. face ao valor registado em 2010. O *Comércio* apresentava a segunda proporção mais elevada (28%), tendo, ainda assim, registado uma queda (2 p.p.) face ao registado em 2010.

Em termos do saldo das operações comerciais de bens e serviços com o exterior, as importações excederam as exportações num montante equivalente a mais de 1% do volume de negócios global. O resultado obtido para 2011 corresponde, não obstante, a uma melhoria face ao ano anterior em mais de 1 p.p. (Gráfico 1.2).

¹³ Os dados reportados pelas empresas no âmbito da IES relativamente a operações de exportação e de importação de bens e serviços são sujeitos a controlo de qualidade no Banco de Portugal por confronto, nomeadamente, com os dados da balança de pagamentos. Ainda assim, o controlo que é possível efetuar não garante que os dados finais de cada empresa na IES sejam totalmente coincidentes com os dados que sobre ela constam nas estatísticas do comércio internacional.

Gráfico 1.2

TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS COM O EXTERIOR (SALDO EM 2010 E 2011)

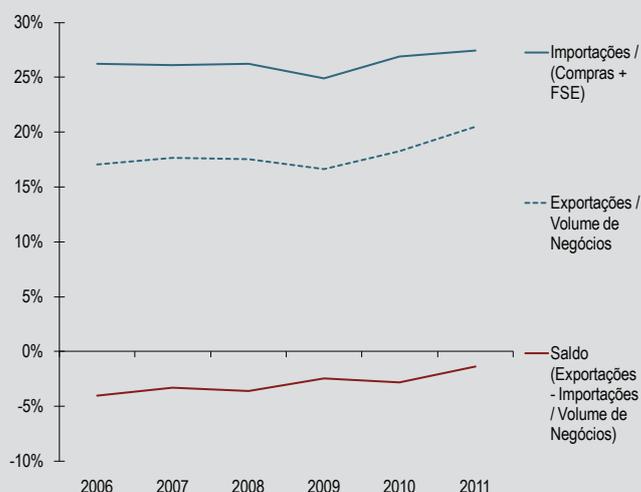


Por dimensão das empresas, importa destacar que em 2011 todas as classes contribuíram para a melhoria do saldo com o exterior, merecendo destaque o facto de as microempresas terem apresentado, pela primeira vez, saldo positivo, ainda que marginal.

Por setores de atividade económica, o *Comércio* e a *Eletricidade e Água* mantiveram o saldo negativo, ainda que inferior em 4 p.p. e 1 p.p., respetivamente, face ao registado em 2010. A *Indústria*, apesar do saldo positivo, foi o único setor a registar uma evolução negativa (o peso do saldo comercial com o exterior no volume de negócios foi de 6% em 2011, que compara com 8% em 2010). A evolução do saldo das operações comerciais de bens e serviços com o exterior, caracterizada pela diminuição do défice, é reveladora do peso crescente das exportações no volume de negócios das empresas em Portugal, que se reflete na tendência de convergência dos indicadores relativos às importações e exportações (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3

TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS COM O EXTERIOR (2006 A 2011)



3.2.3 EBITDA¹⁴

O EBITDA das SNF decresceu 29% em 2011, depois de ter verificado um crescimento de 14% em 2010 (Quadro 8). Note-se, no entanto, que a evolução registada em 2010 foi muito influenciada pelo acréscimo de proveitos derivados da alienação da posição da *Portugal Telecom* na brasileira *Vivo*¹⁵, atendendo ao correspondente efeito ano-base. De qualquer modo, a queda registada pelo EBITDA total em 2011 também foi em grande parte determinada pela evolução da margem operacional, que se retraiu em 20%.

O EBITDA decresceu 29% em 2011, depois de ter crescido 14% em 2010

Os dados preliminares da Central de Balanços apontam para que a variação do EBITDA permaneça negativa em 2012.

Quadro 8

EBITDA Taxa de crescimento anual										
Ano	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade económica					
		Micro	PME	Grandes	Agríc. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.
2010	14.2%	14.1%	-13.2%	36.1%	14.3%	5.1%	3.4%	-11.5%	0.8%	33.1%
2011	-29.4%	-48.0%	-22.0%	-28.0%	-20.9%	-8.7%	-3.0%	-63.7%	-7.0%	-47.2%

A análise dos dados das empresas mostra que, não obstante a evolução desfavorável do EBITDA em 2011, o número relativo de empresas com crescimento do EBITDA não diminuiu de forma tão significativa. Com efeito, com base no Quadro 9, é possível verificar que a parcela de empresas com crescimento do EBITDA em 2011 diminuiu apenas 1 p.p. face a 2010.

No entanto, a redução da parcela de empresas com crescimento do EBITDA não foi muito significativa (1 p.p.)

Em 2011 todas as classes de dimensão consideradas contribuíram para a evolução negativa do EBITDA. Nas microempresas o decréscimo chegou a 48% (crescimento de 14% em 2010), ao passo que nas PME o EBITDA reduziu-se em 22% (decrécimo de 13% em 2010). Foi, no entanto, nas grandes empresas que se registou a maior inversão da taxa de crescimento do EBITDA, tendo diminuído 28% em 2011, depois de ter crescido 36% em 2010.

Ainda assim, nas PME a proporção de empresas com crescimento do EBITDA cresceu 2 p.p. em 2011, face a 2010. Já nas microempresas e nas grandes empresas essa proporção diminuiu entre 1.6 p.p. e 2.6 p.p., respetivamente.

Quadro 9

EBITDA Peso das empresas com crescimento anual										
Ano	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade económica					
		Micro	PME	Grandes	Agríc. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.
2010	46.4%	47.3%	41.1%	48.5%	51.9%	45.4%	53.8%	44.8%	46.0%	47.0%
2011	45.4%	45.7%	43.1%	45.9%	49.7%	44.8%	49.7%	43.3%	44.0%	46.5%

¹⁴ EBITDA, que representa a sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, é, neste caso, entendido como o resultado do exercício acrescido dos custos registados por conta de juros, impostos, depreciações e amortizações.
¹⁵ Esta operação teve consequências na evolução registada pelo total das SNF, em particular nas grandes empresas e no setor dos *Outros Serviços*.

A queda do EBITDA foi notada em todos os setores de atividade e classes de dimensão das empresas

Por setor de atividade económica verifica-se que a queda do EBITDA foi sentida em todas as atividades. A este nível importa acrescentar as seguintes informações adicionais:

- A diminuição do EBITDA da *Construção* acentuou-se, de 11% em 2010 para mais de 63% em 2011.
- O EBITDA dos *Outros Serviços*, que em 2010 tinha registado um crescimento expressivo (33%), registou em 2011 uma diminuição na ordem dos 47%.
- Os menores decréscimos do EBITDA verificaram-se no *Comércio* e na *Eletricidade e Água*, tendo-se situado, todavia, em 7% e 3%, respetivamente.

Também ao nível setorial a forte descida do EBITDA não resultou de um aumento considerável do número de empresas com decréscimos neste indicador. Assim, embora em todos os setores de atividade económica considerados a proporção de empresas com crescimento no EBITDA tenha diminuído, a variação mais relevante ficou-se por 4 p.p. (*Eletricidade e Água*).

Apesar da evolução particularmente negativa do EBITDA nos *Outros Serviços*, este foi o setor, a par da *Indústria*, onde a proporção de empresas com crescimento do EBITDA menos se deteriorou face a 2010 (variação negativa inferior a 1 p.p.). Para esta situação concorreram as atividades da Secção H – *Transportes e armazenagem*, onde a proporção de empresas com crescimento do EBITDA cresceu 2 p.p., tendo ascendido a 45% em 2011.

A *Construção* manteve-se em 2011 como o setor com a menor parcela de empresas a registar crescimento do EBITDA (43%). No extremo oposto, a *Agricultura e Pescas* e a *Eletricidade e Água* apresentaram a maior parcela de empresas com crescimento no EBITDA (50%).

A *Construção* manteve-se como o setor com a menor parcela de empresas com crescimento do EBITDA

3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios¹⁶

A rendibilidade dos capitais próprios das SNF reduziu-se 7 p.p. em 2011, tendo-se situado em 3%

A rendibilidade dos capitais próprios das empresas diminuiu 7 p.p. em 2011, para 3%, com um forte contributo das grandes empresas, que registaram um decréscimo de 11 p.p. (para 10%) face a 2010¹⁷. Nas microempresas a diminuição da rendibilidade foi de 5 p.p. (para -1%) e nas PME de 4 p.p. (para 0.3%). De notar que, em 2011, pela primeira vez no período em análise, a rendibilidade média das microempresas foi negativa (Gráfico 7).

Os dados preliminares da Central de Balanços relativos ao primeiro semestre de 2012 apontam para uma nova redução da rendibilidade dos capitais próprios das empresas.

Todas as atividades verificaram uma redução da rendibilidade dos capitais próprios...

A diminuição da rendibilidade dos capitais próprios foi transversal a todos os setores de atividade (Quadro 10), com destaque para a variação de -12 p.p. na *Construção* (rendibilidade dos capitais próprios de -9% em 2011) e de -11 p.p. nos *Outros Serviços* (rendibilidade marginalmente positiva). A variação registada pelos *Outros Serviços* ficou a dever-se, em grande medida, ao comportamento das empresas da Secção J – *Atividades de informação e de comunicação*, no âmbito das quais este indicador sofreu uma redução de 39 p.p. (em consequência da operação referida no ponto 3.2.3 EBITDA, com influência no nível de rendibilidade registado em 2010), tendo-se situado em -1% em 2011. De resto, no setor dos *Outros Serviços* em 2011, apenas as Secções M – *Atividades*

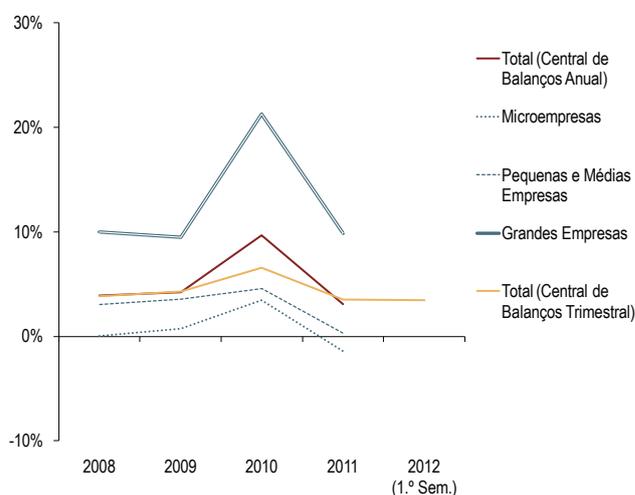
¹⁶ Calculada através do rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios, esta rendibilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios. Note-se que a rendibilidade dos capitais próprios, como se refere no *Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, é calculada, em termos individuais, apenas para as empresas com níveis de capitais próprios positivos.

¹⁷ À semelhança do referido no que respeita à evolução do EBITDA, também o nível da rendibilidade dos capitais próprios em 2010 se encontra afetado positivamente pela alienação da posição da *Portugal Telecom* na brasileira *Vivo*, através dos resultados obtidos pelas empresas do *Grupo Portugal Telecom*.

de consultoria, científicas, técnicas e similares e N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio registaram rendibilidades dos capitais próprios positivas (7% e 2%, respetivamente).

Gráfico 7

RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS



Apesar da queda na rendibilidade média, a *Eletricidade e Água* manteve, em 2011, o nível mais elevado de rendibilidade dos capitais próprios (12%), seguindo-se o *Comércio* (7%) e a *Indústria* (5%).

Quadro 10

RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS								
Dimensão de análise	Ano	Total	Por setores de atividade económica					
			Agríc. e Pescas	Indústria	Elet. e Água	Constr.	Comércio	Outros Serv.
Média ponderada	2010	9.6%	1.8%	7.2%	15.2%	3.5%	8.3%	11.4%
	2011	3.1%	-1.4%	5.0%	12.4%	-8.7%	6.9%	0.6%
Número de empresas com valores positivos (*)	2010	65.8%	63.1%	71.2%	66.5%	63.6%	68.8%	63.5%
	2011	62.7%	60.7%	67.5%	62.5%	58.2%	65.0%	61.6%

(*) Calculada apenas para as empresas com capitais próprios positivos.

Pese embora a evolução verificada, o apuramento da proporção de empresas com rendibilidade dos capitais próprios positiva revela que a maior parte das empresas teve rendibilidade dos capitais próprios positiva em 2011, ainda que aquela tenha decrescido face a 2010 (-3 p.p., situando-se em 63% em 2011). Este decréscimo foi sentido por todos os setores de atividade económica, com destaque para a *Construção* (-6 p.p.), o *Comércio*, a *Eletricidade e Água* e a *Indústria* (-4 p.p.). No setor dos *Outros Serviços*, apesar da evolução do valor global da rendibilidade dos capitais próprios, a proporção de empresas com rendibilidades positivas reduziu-se apenas 2 p.p.

... apesar da maioria das empresas ter apresentado rendibilidades positivas

De referir, por último, que a exclusão das empresas com capitais próprios negativos envolveu mais de um quarto das empresas (Quadro 11). De facto, em 2011, 27% das empresas registaram capitais

A proporção de empresas com capitais próprios negativos subiu de 25% em 2010 para 27% em 2011

próprios negativos, o que corresponde a um aumento de 2 p.p. face a 2010 e ao agravamento da tendência de expansão deste indicador. O aumento desta proporção foi particularmente notório no setor da *Construção* (3 p.p.), ainda que a maior proporção de empresas nesta situação se tenha verificado no *Comércio* onde 30% das empresas apresentaram capitais próprios negativos em 2011. Nos *Outros Serviços*, em que esta situação se verificou para 28% das empresas, destacaram-se as Secções S – *Outras atividades de serviços* (52%), I – *Alojamento, restauração e similares* (42%), P – *Educação* e R – *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (39%).

Quadro 11

PESO DAS EMPRESAS COM CAPITALS PRÓPRIOS NEGATIVOS							
Ano	Total	Por setores de atividade económica					
		Agricultura e Pescas	Indústria	Electricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
2010	25.4%	21.9%	22.1%	19.4%	19.8%	27.7%	26.8%
2011	27.2%	22.5%	23.7%	21.1%	22.5%	29.7%	28.2%

CAIXA 2 | ANÁLISE BASEADA NA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS¹⁸

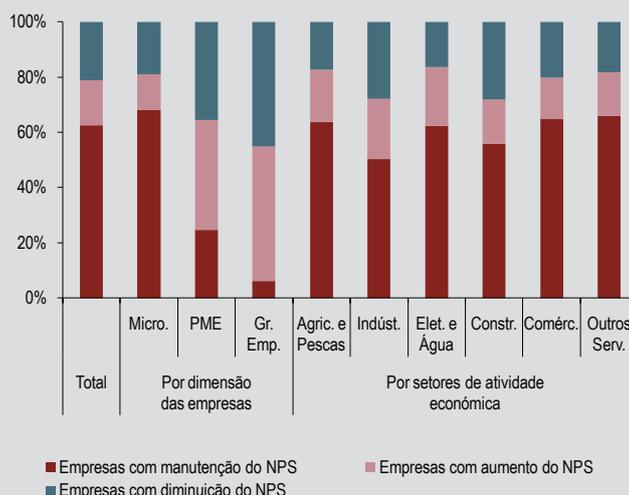
De entre os diversos impactos da contração da atividade económica em Portugal destaca-se o aumento do desemprego que, de acordo com os dados oficiais do INE, atingiu 15% da população ativa no final do primeiro semestre de 2012.

A redução do emprego nas empresas pode ser avaliada através da informação da Central de Balanços, dado o reflexo na diminuição do indicador Número de Pessoas ao Serviço (NPS). De acordo com os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal referentes a 2011, verificou-se uma quebra de 4% no NPS das SNF, por comparação com 2010. A redução do número de pessoas ao serviço nas empresas deveu-se em grande parte ao encerramento das próprias empresas, na medida em que, quando considerado o conjunto de empresas em atividade em ambos os anos (representativo de 92% das empresas em atividade em 2011), a diminuição do NPS situava-se à volta de 1%.

Analisando com pormenor o grupo de empresas que esteve em atividade tanto em 2010 como em 2011, é possível constatar que, mesmo num contexto adverso, uma parcela muito significativa de empresas manteve (63%) ou, inclusivamente, aumentou (16%) o NPS (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1

ESTRUTURA DAS EMPRESAS ATENDENDO À VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO (2011)



A proporção de empresas com variação do NPS (aumento ou diminuição) foi crescente com a dimensão das mesmas, com apenas 6% das grandes empresas a manterem em 2011 o valor de 2010. Pelo contrário, em todos os setores de atividade económica a maioria das empresas manteve o número de trabalhadores em 2011. Contudo, a *Indústria* destaca-se por apresentar a menor estabilidade, com apenas 50% das empresas a manter o NPS. Esta atividade exibe também a maior parcela de empresas a aumentar o NPS (22%) e é uma das que teve mais empresas a reduzir o número de trabalhadores, em conjunto com a *Construção* (28%).

A situação da *Indústria* justifica-se pela heterogeneidade de atividades que engloba. Assim, dentro deste setor coexistem atividades em elevada expansão, como é o caso da Divisão 15 – *Indústria do couro e dos produtos*

¹⁸O conceito de número de pessoas ao serviço utilizado nesta *Caixa* não coincide totalmente com o conceito de emprego utilizado nas estatísticas oficiais. O número de pessoas ao serviço utilizado na Central de Balanços baseia-se no reporte das empresas e envolve apenas a parte da população ativa que trabalha por conta de outrem em sociedades não financeiras (o que, por exemplo, determina a exclusão dos trabalhadores que desenvolvem atividade como empresários em nome individual ou por conta de outrem em outros setores institucionais que não as sociedades não financeiras).

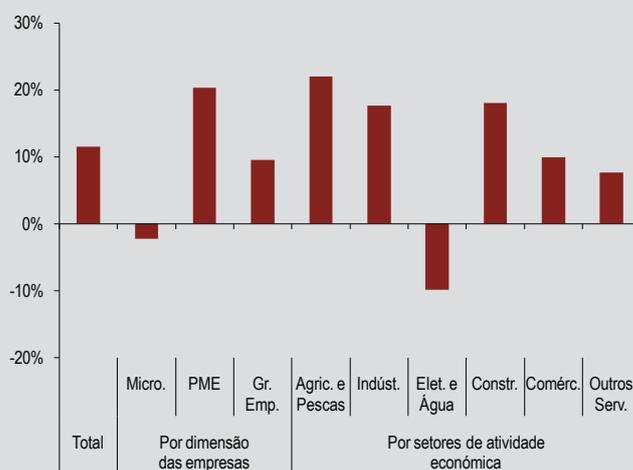
do couro no âmbito da qual 42% das empresas aumentaram em 2011 o respetivo NPS, com atividades com a tendência inversa, como são exemplo as Divisões 23 – *Fabrico de outros produtos minerais não metálicos* e 32 – *Outras indústrias transformadoras* onde cerca de um terço das empresas registaram diminuições no seu número de trabalhadores.

Com base num conjunto de indicadores económico-financeiros procede-se à comparação das empresas que, em 2011, mantiveram ou aumentaram o NPS com as que o diminuíram, sendo possível identificar algumas tendências relevantes.

Ao nível do volume de negócios (Gráfico 2.2) é notório que as empresas que mantiveram/aumentaram o NPS foram aquelas que registaram variações mais positivas no volume de negócios (exceção feita ao conjunto das microempresas e das empresas do setor da *Eletricidade e Água*). Este conjunto de empresas aumentou o seu volume de negócios em 4%, ao passo que as empresas com redução do NPS tiveram uma quebra no volume de negócios de 7%.

Gráfico 2.2

VOLUME DE NEGÓCIOS | Diferencial de taxas de crescimento anuais (2011)

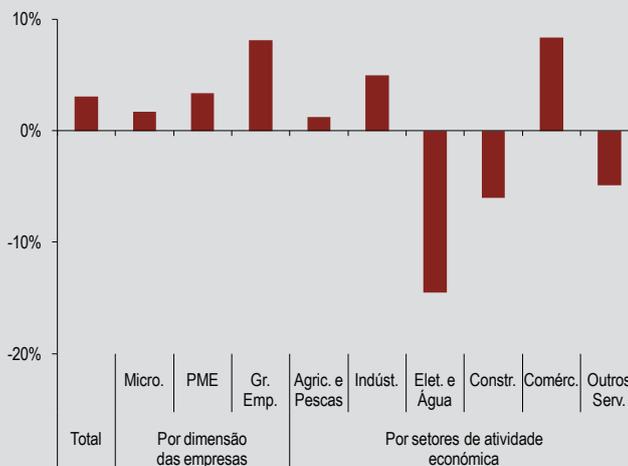


Nota: O diferencial é obtido pela diferença entre o valor do indicador para as empresas com aumento ou manutenção do NPS e o valor do indicador para as empresas com redução do NPS, calculado em cada classe de dimensão/setor de atividade económica. Um valor positivo significa que o indicador das empresas com aumento ou manutenção do NPS tem um valor superior

O conjunto de empresas com variações positivas ou nulas do NPS apresentou igualmente maior abertura face ao exterior, o que é visível pela maior relevância que as exportações tinham no volume de negócios. Este resultado é visível em todas as classes de dimensão das empresas e na *Indústria, Comércio e Agricultura e Pescas* (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3

PESO DAS EXPORTAÇÕES NO VOLUME DE NEGÓCIOS | Diferencial (2011)

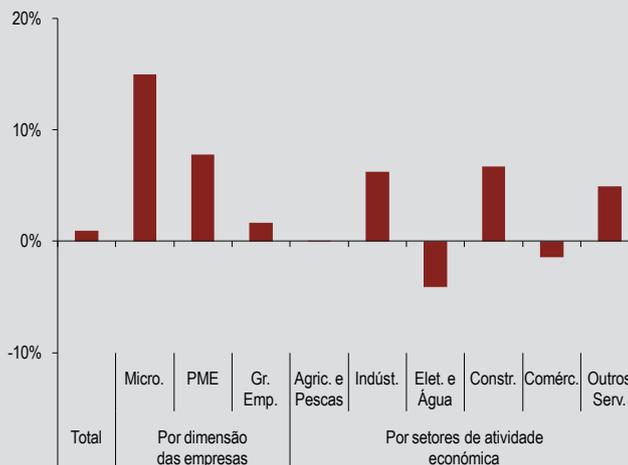


Nota: O diferencial é obtido pela diferença entre o valor do indicador para as empresas com aumento ou manutenção do NPS e o valor do indicador para as empresas com redução do NPS, calculado em cada classe de dimensão/setor de atividade económica. Um valor positivo significa que o indicador das empresas com aumento ou manutenção do NPS tem um valor superior.

A rentabilidade também foi distinta nos dois grupos de empresas, tendo tido a melhor posição das empresas que mantiveram/aumentaram o NPS (Gráfico 2.4). As únicas exceções ocorreram na *Eletricidade e Água* e no *Comércio*, onde o grupo de empresas com redução de NPS apresentou uma maior rentabilidade dos capitais próprios.

Gráfico 2.4

RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | Diferencial (2011)

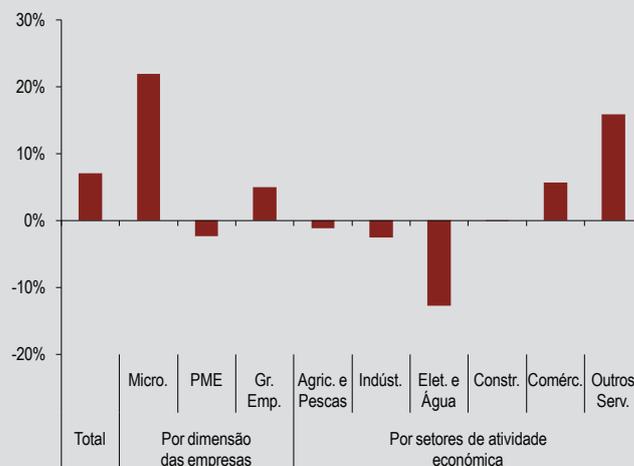


Nota: O diferencial é obtido pela diferença entre o valor do indicador para as empresas com aumento ou manutenção do NPS e o valor do indicador para as empresas com redução do NPS, calculado em cada classe de dimensão/setor de atividade económica. Um valor positivo significa que o indicador das empresas com aumento ou manutenção do NPS tem um valor superior.

No que respeita à situação patrimonial, a autonomia financeira situou-se em 36% nas empresas com manutenção/crescimento do NPS, que compara com 29% nas que apresentaram redução do NPS. No entanto, os resultados foram algo divergentes entre classes de dimensão e setores de atividade económica (Gráfico 2.5).

Gráfico 2.5

AUTONOMIA FINANCEIRA | Diferencial (2011)

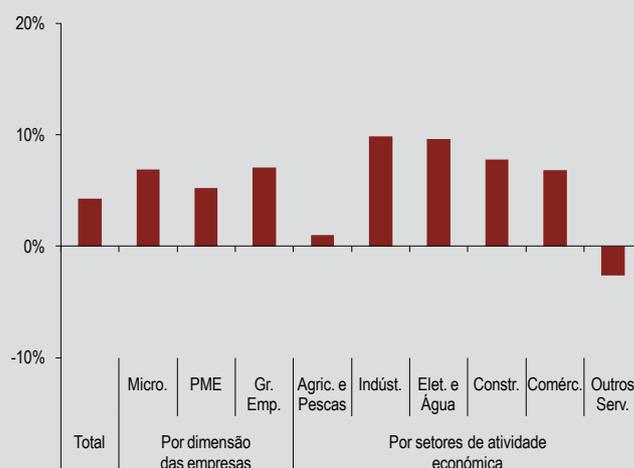


Nota: O diferencial é obtido pela diferença entre o valor do indicador para as empresas com aumento ou manutenção do NPS e o valor do indicador para as empresas com redução do NPS, calculado em cada classe de dimensão/setor de atividade económica. Um valor positivo significa que o indicador das empresas com aumento ou manutenção do NPS tem um valor superior.

Já ao nível da evolução do crédito bancário obtido, os resultados apontam no sentido de as empresas com diminuição do emprego terem sido as que obtiveram menos crédito junto dos bancos em Portugal. De facto, o crédito obtido no final de 2011 por este conjunto de empresas junto de IC residentes caiu cerca de 5% face ao registado no final de 2010, ao passo que nas empresas com variação nula ou positiva do NPS esta quebra se ficou por 1%. Esta situação é generalizada a todas as classes de dimensão e setores de atividade económica, com exceção dos *Outros Serviços* (Gráfico 2.6).

Gráfico 2.6

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS JUNTO DE IC RESIDENTES | Diferencial de taxas de crescimento anuais (2011)



Nota: O diferencial é obtido pela diferença entre o valor do indicador para as empresas com aumento ou manutenção do NPS e o valor do indicador para as empresas com redução do NPS, calculado em cada classe de dimensão/setor de atividade económica. Um valor positivo significa que o indicador das empresas com aumento ou manutenção do NPS tem um valor superior.

Em resumo, os dados disponíveis através do reporte das empresas para a Central de Balanços do Banco de Portugal permitem verificar que a principal fonte de redução do número de pessoas ao serviço nas empresas se deveu ao encerramento das próprias empresas, e não tanto à diminuição de empregados nas empresas em atividade. Apesar da situação económica adversa, um conjunto significativo de empresas em Portugal conseguiu manter, ou inclusivamente aumentar, o número de pessoas ao serviço em 2011. Estas empresas caracterizaram-se, genericamente, por maior crescimento da atividade, maior abertura ao exterior e maiores rendibilidades, a que se associa uma evolução menos desfavorável do crédito obtido junto do sistema bancário residente em Portugal.

A autonomia financeira das empresas reduziu-se 1 p.p. face a 2010, tendo-se situado, em termos médios, em 33%

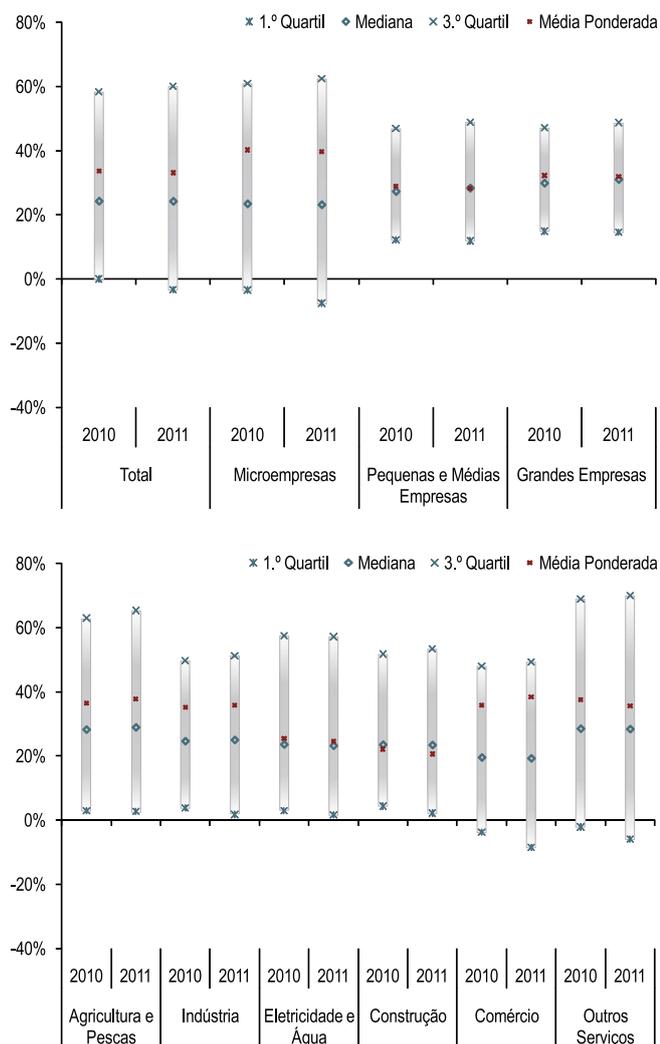
3.3 Situação financeira

3.3.1 Estrutura financeira

O nível de autonomia financeira das SNF em 2011 situou-se em 33%, tendo recuado perto de 1 p.p. em relação a 2010 (Gráfico 8). Esta diminuição, ainda que marginal, foi igualmente registada em todas as classes de dimensão. Não obstante, a observação das distribuições dos valores de cada empresa permite verificar que, quer para o total das empresas, quer para cada uma das classes de dimensão, se registou um aumento da dispersão dos resultados.

Gráfico 8

AUTONOMIA FINANCEIRA | Distribuição por quartis e média ponderada



Este aumento da heterogeneidade de resultados entre empresas revela que, apesar da diminuição da autonomia financeira em termos médios, existiu em todos os agregados um pequeno conjunto de empresas a expandir a sua autonomia financeira.

No entanto, metade das empresas apresentou autonomias financeiras inferiores a 25%

Todavia, é evidente que a maioria das empresas em Portugal apresentou em 2011 uma capitalização francamente reduzida. De facto, metade das empresas teve autonomias financeiras inferiores a 25% (mediana), ao passo que mais de 25% de empresas apresentou capitais próprios negativos (o nível associado ao primeiro quartil foi de -3% em 2011, o que indicia a existência de passivos superiores aos ativos nestas empresas).

As microempresas continuaram a ser a classe de dimensão com a maior proporção de ativos financiados por capitais próprios (40%), ainda que este resultado tenha sido influenciado por um conjunto reduzido de empresas com níveis de capitais próprios muito elevados (o valor médio da autonomia financeira manteve-se 17 p.p. acima da mediana). Esta classe foi mesmo a que aumentou mais a sua dispersão de resultados em 2011, com o intervalo interquartis a ascender a 70 p.p. (65 p.p. em 2010).

As PME e as grandes empresas mantiveram resultados mais homogêneos (intervalos interquartis de 37 p.p. e 34 p.p., respetivamente). O resultado médio é também mais representativo da situação da generalidade das empresas destas classes, dado que o seu valor (28% no caso das PME e 32% nas grandes empresas) se aproxima consideravelmente da mediana (28% e 31%, respetivamente).

Ao nível dos setores de atividade económica, e em contradição com a tendência apresentada pelo agregado das empresas, verificou-se um aumento do valor médio da autonomia financeira nos setores do *Comércio, Agricultura e Pescas e Indústria* (aumentos de 3 p.p., no primeiro caso, e de 1 p.p., nos restantes dois setores) (Gráfico 8). Por outro lado, nos *Outros Serviços* e na *Construção* registou-se uma diminuição da autonomia financeira média de 2 p.p.

A *Construção* manteve o seu posicionamento como o setor com o menor grau de autonomia financeira (21%). Contudo, foi no *Comércio* e nos *Outros Serviços* que mais empresas registaram níveis de autonomia financeira negativos, em reflexo do maior peso de empresas com capitais próprios negativos. De destacar, no entanto, que estes foram também os setores com o valor médio de autonomia financeira mais elevado (38% no caso do *Comércio* e 36% no caso dos *Outros Serviços*), o que se explica, por um lado, pela relevância de um subconjunto de empresas com elevada capitalização e, por outro, pela elevada diversidade de situações que estes agregados incorporam.

A *Construção* manteve-se como o setor com menor autonomia financeira média (21%)

Do exposto resulta que o capital alheio manteve em 2011 um papel basilar no financiamento da atividade das empresas, situação que justifica uma análise mais detalhada das suas características e da sua evolução recente. O Gráfico 9 detalha as fontes de financiamento alheio em 2011, sendo possível constatar que a dívida financeira e os créditos comerciais representavam, no seu conjunto, mais de dois terços das fontes de financiamento das empresas. A importância relativa de cada uma destas componentes diverge, porém, entre setores de atividade económica.

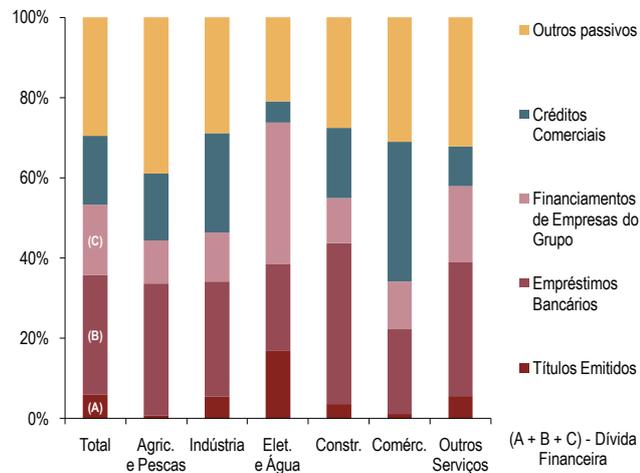
A dívida financeira e os créditos comerciais representavam mais de dois terços do financiamento alheio das SNF...

Os créditos comerciais foram particularmente relevantes nos setores do *Comércio* (35%) e da *Indústria* (25%), enquanto o seu peso no passivo da *Eletricidade e Água* se situava apenas em 5%. A dívida financeira, por seu turno, representava mais de metade do financiamento de setores como a *Eletricidade e Água* (74%), os *Outros Serviços* (58%) e a *Construção* (55%).

Por componentes da dívida financeira, os empréstimos bancários foram a fonte de financiamento mais importante em todos os setores, tendo o seu peso no passivo variado entre 21% no *Comércio* e 40% na *Construção*. Os financiamentos de empresas do grupo oscilaram entre 11%, na *Agricultura e Pescas* e na *Construção*, e 35%, na *Eletricidade e Água*. Já os títulos de dívida foram particularmente relevantes no setor da *Eletricidade e Água* (17%), enquanto no *Comércio* e na *Agricultura e Pescas* o seu peso se situou em cerca de 1%. Os outros passivos assumem maior relevância no setor da *Agricultura e Pescas* (39% dos seus passivos), estando em grande medida associados a dívidas junto de acionistas/sócios.

Gráfico 9

ESTRUTURA DO PASSIVO (2011)



Nota: A dívida financeira corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente através da emissão de títulos de dívida, por empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras ou ainda junto de empresas do grupo. Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, dívidas a acionistas/sócios, outros passivos correntes e outras contas a pagar.

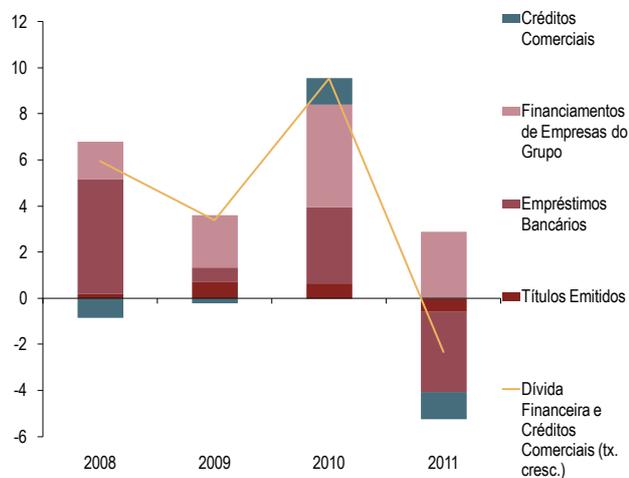
... tendo-se contraído 2% em 2011, com os créditos comerciais a reduzirem-se 5% e os empréstimos bancários e títulos de dívida a decrescerem 8% face a 2010

Apesar das estruturas se terem mantido praticamente inalteradas, é de realçar a redução de 1 p.p. no peso dos empréstimos bancários nos setores da *Indústria*, *Construção* e *Outros Serviços*, compensada pelo aumento do peso dos financiamentos de empresas do grupo.

O agregado constituído pela dívida financeira e créditos comerciais contraiu-se 2% em 2011 (crescimento de 9% em 2010), sendo que apenas a componente dos financiamentos de empresas do grupo evoluiu de forma positiva (crescimento de 14%). Os créditos comerciais (-5%) e os empréstimos bancários e títulos de dívida (-8%) registaram as maiores quebras (Gráfico 10).

Gráfico 10

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA E DOS CRÉDITOS COMERCIAIS | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



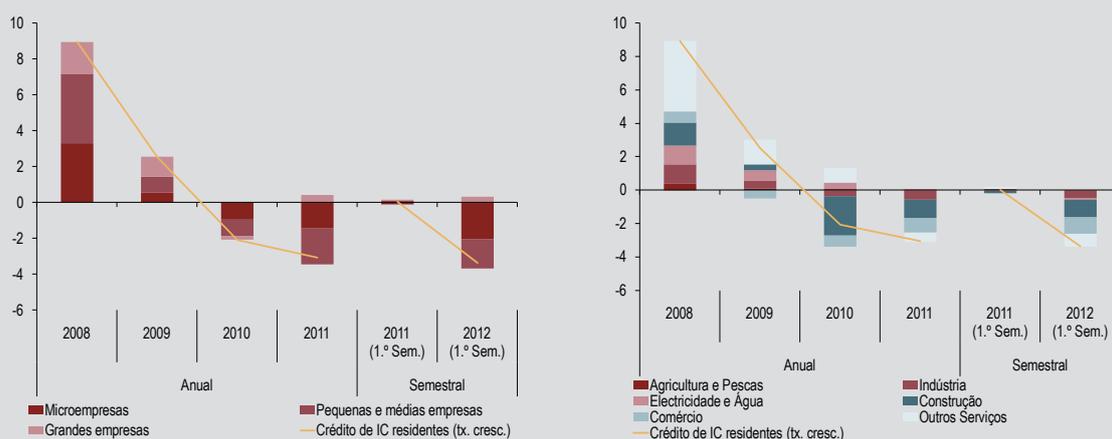
CAIXA 3 | EMPRÉSTIMOS OBTIDOS JUNTO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO RESIDENTES – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NA CENTRAL DE RESPONSABILIDADES DE CRÉDITO¹⁹

Pese embora a tendência decrescente, os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito (IC²⁰) continuam a representar uma das principais componentes da dívida financeira das empresas (em 2011, representavam 56% da dívida financeira e cerca de 30% do passivo). A informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal permite analisar de forma mais detalhada a componente relacionada com os empréstimos obtidos junto de IC residentes em Portugal. Em 2011, esta parcela representava cerca de 85% do total de empréstimos obtidos pelas empresas junto de IC (90% em 2010) e envolvia 64% das empresas (66% em 2010).

No final do primeiro semestre de 2012 o crédito obtido junto de IC residentes apresentou uma quebra de 3% face ao final de 2011, em continuidade com os decréscimos registados no final de 2010 e 2011 (2% e 3%, respetivamente). A contração em 2012 verificou-se nas PME e nas microempresas, dado que, à semelhança do registado em 2011, as grandes empresas continuaram a beneficiar de um aumento do crédito (cerca de 2%), ainda que ligeiramente inferior ao verificado em 2011 (3%) (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO DE IC RESIDENTES | Taxa de crescimento (em %) e contributos (em p.p.) - valores no final do período



A diminuição do crédito no final do primeiro semestre de 2012 foi transversal a todos os setores de atividade económica, com destaque para o *Comércio* (-7%) e para a *Construção* (-5%). No caso do *Comércio*, o ano de 2012 representa o quarto ano consecutivo de contração de crédito.

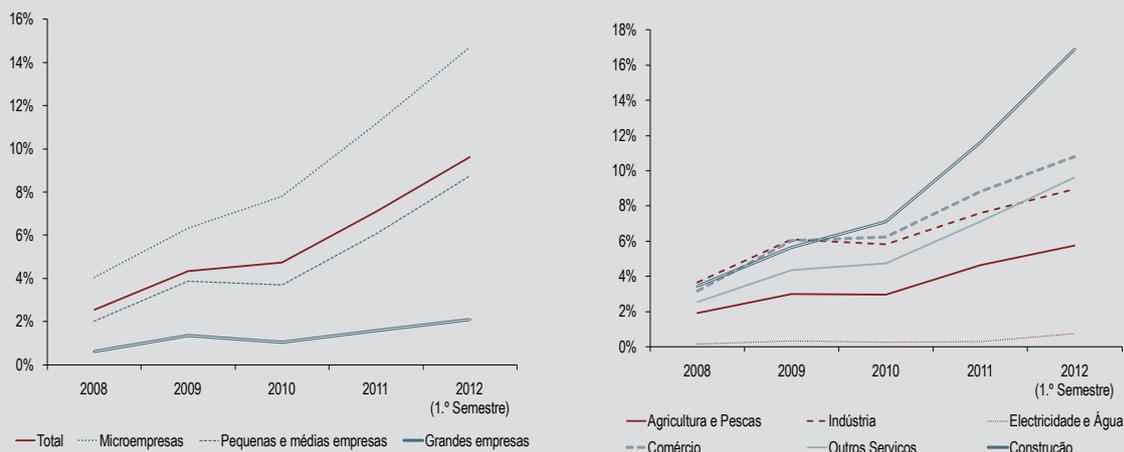
¹⁹ A Central de Responsabilidade de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação pode ser consultado o Suplemento 1|2005 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*.

²⁰ Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por “bancos” neste *Estudo*), bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. De notar que mais de 95% do crédito concedido a SNF em 2011 por instituições de crédito residentes teve origem em bancos.

O aumento do rácio de crédito vencido²¹ das empresas, iniciado em 2008, verificou no período mais recente uma aceleração muito significativa (Gráfico 3.2). No final do primeiro semestre de 2012 este rácio chegou próximo dos 10%, depois de no final de 2011 ter atingido 7%. A aceleração deste indicador nos primeiros seis meses de 2012 foi particularmente expressiva nas microempresas (+4 p.p.), tendo atingido um valor de 15%. Nas PME agravou-se o rácio em 3 p.p., para 9%, enquanto as empresas de grande dimensão, apesar de apresentarem o rácio de crédito vencido mais baixo (2%), também registaram um ligeiro acréscimo.

Gráfico 3.2

RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO (no final do período)



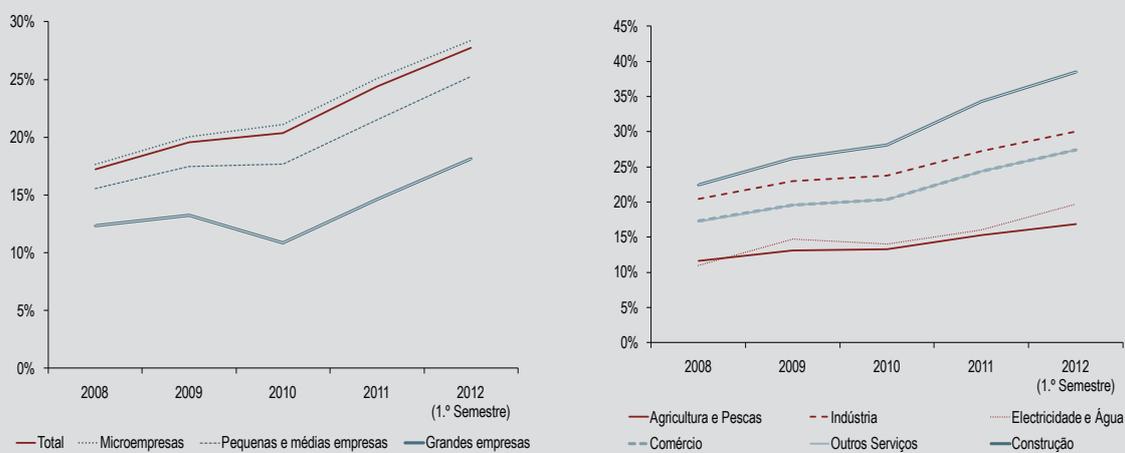
Na linha do sucedido em 2011, todos os setores de atividade económica verificaram um aumento do crédito vencido em 2012. Do mesmo modo, o setor da *Construção* continua a destacar-se, com um rácio de crédito vencido próximo de 17%, o que representa um crescimento de mais de 5 p.p. face ao final de 2011. O *Comércio* e a *Indústria* são os setores que se seguem com rácios de crédito vencido mais elevados (11% e 9%, respetivamente). A *Eletricidade e Água* manteve-se com o rácio mais baixo (0.7%), ainda que seja de salientar a o aumento registado na primeira metade de 2012.

Para o rácio de crédito vencido observado no final do primeiro semestre de 2012 contribuíram perto de 28% das empresas com crédito junto de IC residentes, situação que compara com 24% no final de 2011 e 17% no final de 2008 (Gráfico 3.3). A parcela de empresas em incumprimento aumentou em todas as classes de dimensão: 4 p.p. nas PME e nas grandes empresas (para 25% e 18%, respetivamente) e 3 p.p. no caso das microempresas (para 28%).

²¹ Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se, relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado.

Gráfico 3.3

EMPRESAS COM CRÉDITO VENCIDO (no final do período)



Por setores de atividade económica, a *Construção* permaneceu no final do primeiro semestre de 2012 como a atividade com maior proporção de empresas com crédito vencido (38%), tendo registado igualmente o maior crescimento desta proporção (4 p.p. face ao final de 2011). No extremo oposto, a *Agricultura e Pescas* registou o menor acréscimo neste indicador, sendo também a atividade com menor percentagem de empresas em incumprimento (17%).

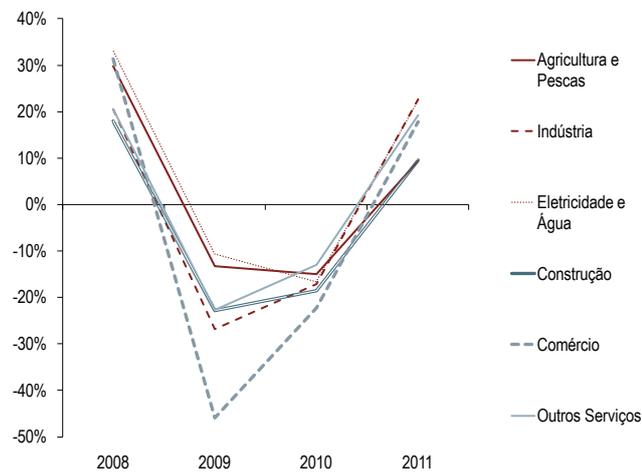
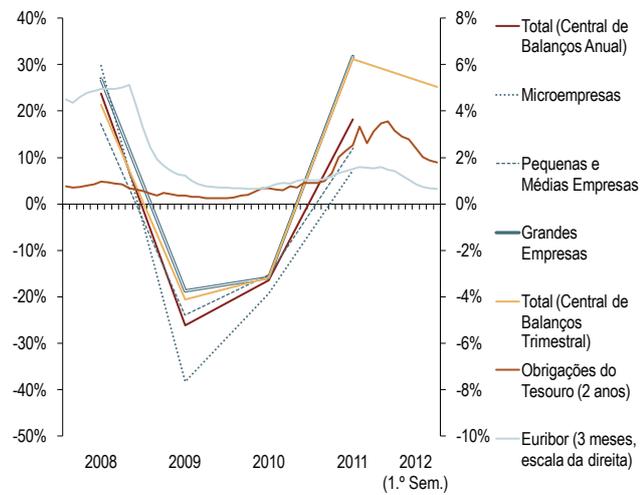
Os juros suportados pelas empresas aumentaram 18% face a 2010, ano em que decresceram 16%

3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade

A partir da informação disponível na Central de Balanços para o ano de 2010, e apesar dos constrangimentos associados à crise da dívida soberana na área do euro, não foram identificados efeitos imediatos do aumento do prémio de risco nos juros suportados pelas empresas. Em 2011, contudo, a situação alterou-se e os juros suportados cresceram de forma significativa: 18% face a 2010, ano em que tinham decrescido 16% (Gráfico 11). Os dados preliminares da Central de Balanços relativos ao primeiro semestre de 2012 apontam para a continuidade da tendência de crescimento dos juros suportados.

Gráfico 11

JUROS SUPORTADOS | Taxa de crescimento anual e taxa de juro de mercado



Em todas as classes de dimensão verificou-se em 2011 uma inversão na tendência de evolução dos juros suportados. No entanto, nas grandes empresas ela foi particularmente notória. Neste conjunto de empresas os juros suportados aumentaram 32% face ao período homólogo, ao passo que nas microempresas e nas PME os aumentos foram de 7% e 12%, respetivamente.

Ao nível dos setores de atividade económica, o agravamento dos juros suportados foi particularmente sentido na *Indústria* e na *Eletricidade e Água*, com aumentos de 23% e 22%, respetivamente.

A conjugação dos juros suportados e do EBITDA permite avaliar a pressão financeira que incide sobre as empresas, sendo de notar um aumento considerável em 2011, depois da quebra verificada em 2010. Assim, em 2011, a proporção do EBITDA utilizada no pagamento de juros cifrou-se em 28%, representando um aumento de 11 p.p. face a 2010. Tendo em conta o período em análise, verifica-se que em 2011 foi revertida a queda verificada nos dois anos anteriores, dado que a pressão financeira voltou a assumir um nível idêntico ao do ano de 2008.

O aumento da pressão financeira foi sentido especialmente nas microempresas (+25 p.p.), ainda que nas PME e nas grandes empresas tenha igualmente aumentado de forma significativa (em 10 e 9 p.p., respetivamente). Em 2011 as empresas de maior dimensão mantiveram o melhor grau de cobertura dos juros suportados pelo EBITDA, tendo-se alargado o diferencial face às restantes classes (Gráfico 12).

Por setores de atividade económica destaca-se a *Construção* que, em 2011, viu muito agravada a pressão financeira, já bastante significativa em 2010 (130% em 2011 e 43% em 2010). Os juros suportados pelas empresas da *Construção* foram superiores ao montante do EBITDA gerado, sobretudo devido à contração acentuada da atividade deste setor. Os *Outros Serviços* registaram, por seu lado, o segundo maior agravamento deste indicador (18 p.p.), em resultado das atividades com ligação à *Construção*, designadamente as da Secção L – *Atividades imobiliárias*, onde este rácio aumentou 79 p.p. face a 2010, e atingiu 132%, valor superior ao registado no setor da *Construção*.

Apesar do agravamento generalizado a todos os setores, a *Indústria* e o *Comércio* mantiveram-se com as menores pressões financeiras (18%), tendo sido também as atividades com menor deterioração deste indicador em 2011 (4 p.p.).

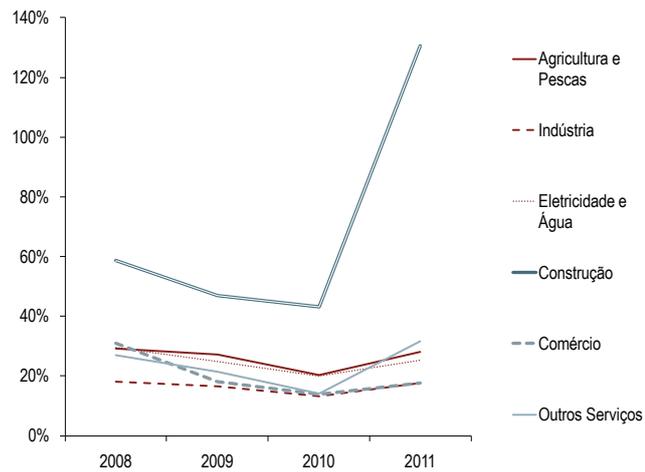
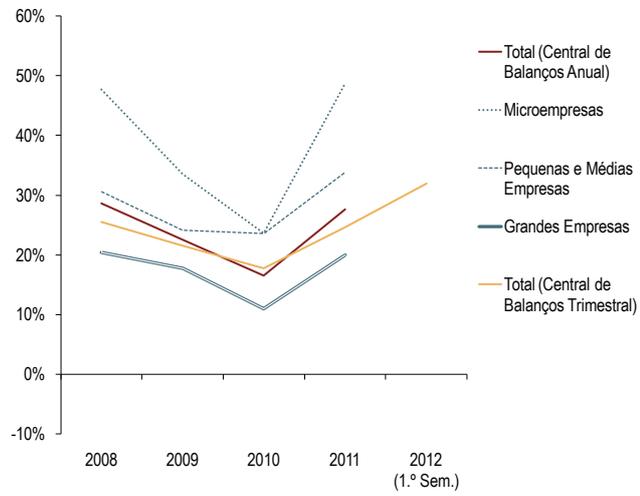
O agravamento dos juros suportados foi notório nas grandes empresas e nos setores da *Indústria* e da *Eletricidade e Água*

Em conjugação com a redução do EBITDA, o crescimento dos juros suportados determinou um aumento da pressão financeira sobre as SNF

Os juros suportados pelas empresas da *Construção* foram superiores ao EBITDA gerado (pressão financeira de 130%)

Gráfico 12

PESO DOS JUROS SUPORTADOS NO EBITDA



CAIXA 4 | CRÉDITO OBTIDO ATRAVÉS DA EMISSÃO DE TÍTULOS DE DÍVIDA – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NO SISTEMA INTEGRADO DE ESTATÍSTICAS DE TÍTULOS²²

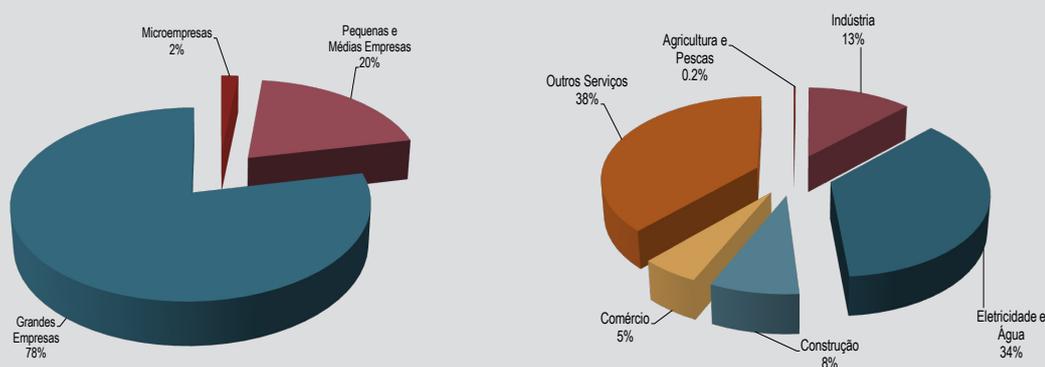
Em 2011 o financiamento obtido através da emissão de títulos de dívida representava 11% da dívida financeira das empresas (6% do passivo total). A informação disponível no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos do Banco de Portugal permite efetuar uma caracterização mais pormenorizada desta fonte de financiamento, com a vantagem de que disponibiliza informação mais recente, relativa ao primeiro semestre de 2012.

O montante total do financiamento das empresas por títulos de dívida cresceu 7% no final do primeiro semestre de 2012 face ao final do período homólogo, tendo ascendido a mais de 22.5 mil milhões de euros (crescimento de 1% no final de 2011 face ao final de 2010).

As grandes empresas representam a classe de dimensão que mais recorreu a este tipo de financiamento, tendo sido responsáveis por 78% do total de títulos emitidos no final do primeiro semestre de 2012 (76% em 2011 e 69% em 2010). As PME representavam 20% e as microempresas apenas 2%, o que demonstra a menor importância que este tipo de financiamento possui para as empresas de dimensão inferior (Gráfico 4.1). A partir de 2011 as PME viram o seu peso no total de títulos emitidos reduzir-se, após um período de crescimento sustentado.

Gráfico 4.1

FINANCIAMENTO POR TÍTULOS DE DÍVIDA (posição no final do primeiro semestre de 2012)



Por setores de atividade económica destacam-se os *Outros Serviços* (com particular destaque para as Secções J – *Atividades de informação e de comunicação*, H – *Transportes e armazenagem* e M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*) e a *Eletricidade e Água*, responsáveis por perto de 74% do montante total emitido. Em termos de relevância seguem-se a *Indústria* (12%) e a *Construção* (8%). Esta estrutura não se alterou muito face a 2011, sendo, ainda assim, de notar um ligeiro aumento na contribuição da *Eletricidade e Água* (2 p.p.) por contrapartida dos *Outros Serviços* (-1 p.p.).

Quanto à maturidade dos títulos, o peso relativo das emissões de curto prazo continuou a aumentar, tendo crescido 1 p.p. no final do primeiro semestre de 2012 face ao valor registado no final de 2011, e atingido 65% do total emitido. Estas emissões continuaram a evidenciar maior relevância no conjunto das grandes empresas, onde representavam 71% do total dos títulos de dívida emitidos, peso que aumentou 1 p.p. em relação ao final de 2011. Nas restantes classes de dimensão registou-se, no final do primeiro semestre de 2012, como também no final de 2011, um relativo equilíbrio entre o peso das emissões de curto prazo e de longo prazo, ainda que seja possível verificar uma redução da preponderância das emissões de curto prazo face ao registado no final de 2011 (-5 p.p. nas microempresas e -3 p.p. nas PME).

²² O Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos é um sistema de informação gerido pelo Banco de Portugal relativo a emissões e carteiras de títulos, numa base "título-a-título" e "investidor-a-investidor". Para mais informação, pode ser consultado o Suplemento 2|2008 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Estatísticas de títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*.

Por setores de atividade económica destaca-se a *Eletricidade e Água*, onde os títulos de dívida de curto prazo representavam 77% do total no final do primeiro semestre de 2012, valor que se manteve inalterado face ao final de 2011, depois de ter aumentado 11 p.p. em relação ao final de 2010 (Quadro 4.1). No entanto, o peso relativo dos títulos com maturidade inferior a 1 ano é maior na *Agricultura e Pescas* (95%). O setor dos *Outros Serviços* foi aquele onde se registou o menor peso das emissões de curto prazo (53%).

Quadro 4.1

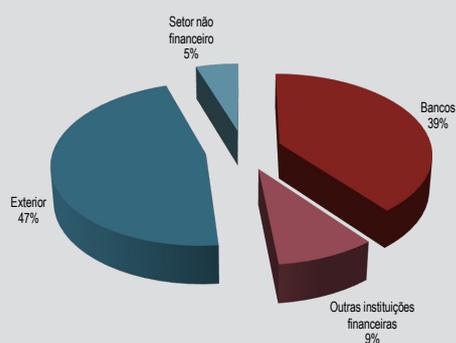
PESO DOS TÍTULOS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO NO TOTAL DE TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS (no final do período)			
Setor de atividade económica	2010	2011	2012 (1.º Semestre)
Agricultura e Pescas	94.2%	94.2%	94.8%
Indústria	67.7%	66.6%	66.3%
Eletricidade e Água	66.5%	77.6%	77.1%
Construção	67.9%	63.4%	62.8%
Comércio	63.0%	59.7%	59.9%
Outros Serviços	54.5%	51.7%	53.2%
Total	61.7%	63.9%	64.7%

A análise dos detentores dos títulos de dívida emitidos pelas empresas permite determinar os setores institucionais que concederam, por esta via, financiamento às empresas²³. No final do primeiro semestre de 2012, o sistema bancário residente detinha 39% do total de títulos de dívida emitidos pelas empresas, tendo esse peso diminuído 7 p.p. face ao final de 2010. Esta redução no financiamento por títulos, por parte dos bancos residentes, foi compensada por um aumento da importância de entidades não residentes em Portugal (Exterior) (5 p.p.), que no final de junho de 2012 detinham 47% dos títulos de dívida das empresas, e do setor não financeiro (2 p.p.), que era detentor de 5% do total na mesma data (Gráfico 4.2).

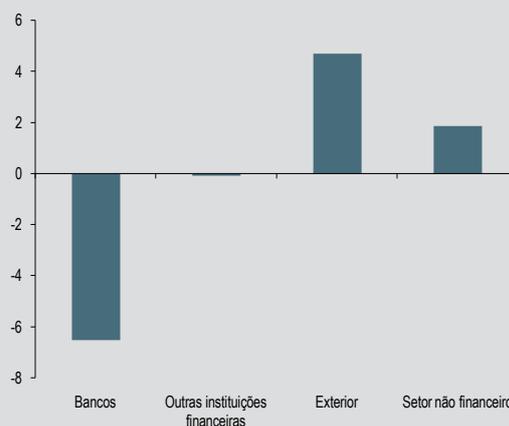
Gráfico 4.2

DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA

Estrutura no final do primeiro semestre de 2012



Varição, em p.p., face à estrutura registada no final de 2010



Em termos do prazo dos títulos os bancos residentes detinham, no final do primeiro semestre de 2012, 47% dos títulos de dívida de curto prazo, proporção similar à detida pelas entidades não residentes (46%). Nos títulos de dívida de longo prazo o principal detentor era o exterior (45%), seguido pelos bancos residentes (28%) e pelas outras instituições financeiras (16%).

²³ Nesta componente, contrariamente à análise sobre emissões de títulos, incluem-se os títulos de dívida emitidos pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais classificadas na Secção K da CAE Rev.3.

3.3.3 Financiamento por dívida comercial

O financiamento por dívida comercial acompanhou de perto a evolução da atividade das empresas, tendo registado um decréscimo de 5% em 2011, depois de ter aumentado 4% em 2010. Em 2011, esta forma de financiamento representava 17% do total do passivo das empresas.

No contexto económico atual importa analisar os fluxos associados ao crédito comercial enquanto indicador relevante da pressão financeira sentida pelas empresas. O dilatamento do prazo médio de recebimentos acarreta dificuldades de tesouraria nas empresas, que serão tanto maiores quanto maior for a incapacidade das mesmas em aumentar o prazo de pagamentos aos fornecedores ou de obter recursos junto de outros financiadores, nomeadamente bancos.

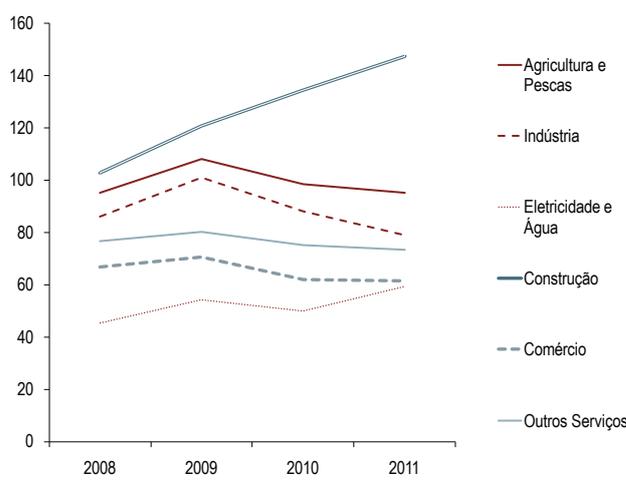
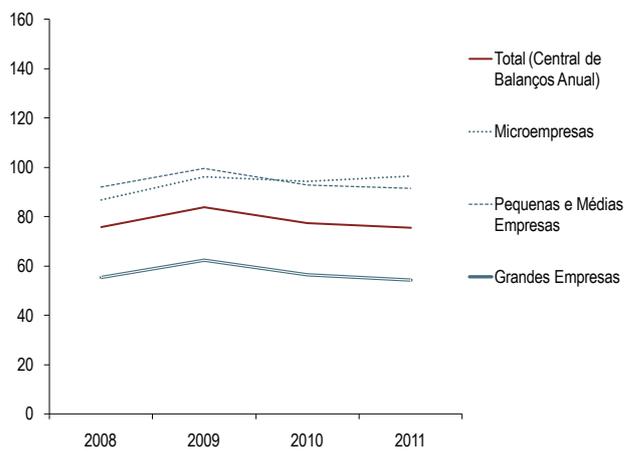
Em 2011 prosseguiu a redução iniciada em 2009, quer dos prazos médios de recebimentos, quer dos prazos médios de pagamentos (Gráfico 13 e Gráfico 14). Em termos médios, os pagamentos foram efetuados em 84 dias (perto de 85 dias em 2010), enquanto os recebimentos foram efetuados em 76 dias (78 dias em 2010).

A dívida comercial representava 17% do passivo das empresas em 2011

Os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das SNF registaram uma diminuição em 2011, tal como em 2010

Gráfico 13

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS | Em dias



Em termos de classes de dimensão, e no que diz respeito aos prazos médios de recebimentos, as microempresas (97 dias) e as PME (92 dias) permaneceram, em 2011, com valores significativamente acima dos registados pelas grandes empresas (54 dias). No caso das microempresas verificou-se

Os prazos médios das microempresas e PME mantiveram-se acima dos registados pelas grandes empresas

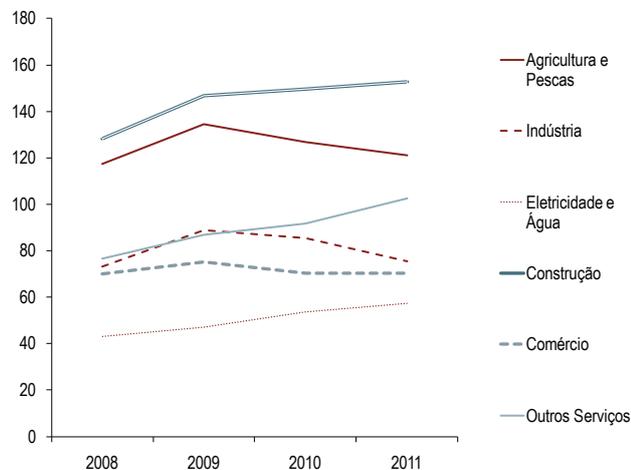
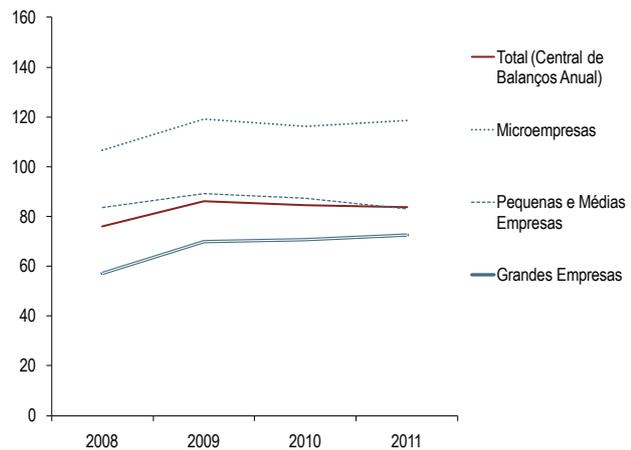
A *Construção* registou um agravamento do prazo médio de recebimentos, (147 dias) e do prazo médio de pagamentos (153 dias)

inclusive uma expansão do prazo médio de recebimentos em cerca de 2 dias. Também no que respeita aos prazos médios de pagamentos manteve-se uma elevada disparidade entre as classes de dimensão (119 dias nas microempresas, 83 dias nas PME e 73 dias nas grandes empresas), embora com maior proximidade entre as PME e as grandes empresas. Note-se, a este nível, a expansão do prazo médio de pagamentos das microempresas (2 dias) e das grandes empresas (2 dias), por oposição à redução do prazo das PME em 4 dias.

Os setores de atividade económica com decréscimos nos prazos médios de recebimentos e de pagamentos foram a *Indústria* e a *Agricultura e Pescas*. Em sentido oposto, destaca-se a *Construção* que, seguindo a tendência registada desde 2007, verificou aumentos no prazo médio de recebimentos (+13 dias) e no prazo médio de pagamentos (+3 dias). Esta evolução conduziu a um agravamento do diferencial entre a *Construção* e os restantes setores. Em 2011 o prazo médio de recebimentos da *Construção* situou-se em 147 dias e o prazo médio de pagamentos ascendeu a 153 dias. A *Eletricidade e Água* manteve-se em 2011 como a atividade com os prazos médios mais reduzidos (59 dias para os recebimentos e 57 dias para os pagamentos), embora tenha verificado um aumento significativo, particularmente no prazo médio de recebimentos (+9 dias). O *Comércio* surge imediatamente a seguir à *Eletricidade e Água*.

Gráfico 14

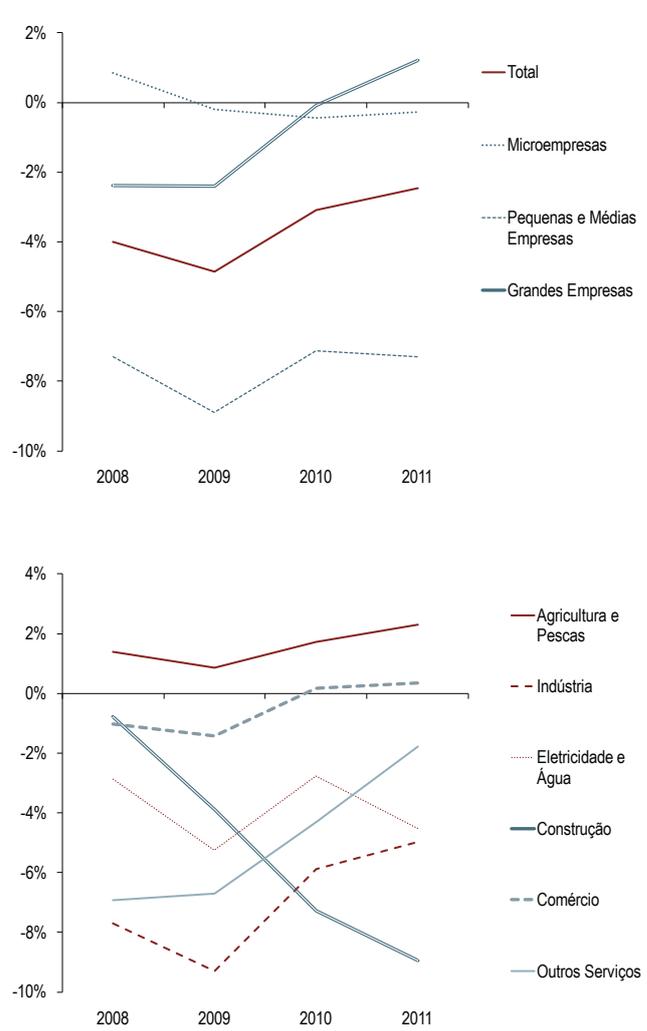
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS | Em dias



A informação sobre prazos médios, que fornece uma indicação relevante sobre o desfasamento temporal associado ao recebimento e ao pagamento das dívidas comerciais associadas à atividade das empresas, pode ser complementada com uma avaliação da utilização do saldo das dívidas comerciais para efeitos de financiamento das empresas. Para este efeito foi calculado um indicador líquido do financiamento por dívida comercial, que relaciona o diferencial entre os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios (Gráfico 15). Um valor negativo implica a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, significando que globalmente a empresa está a financiar os seus clientes; um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, está a obter financiamento através dos seus fornecedores.

Gráfico 15

FINANCIAMENTO LÍQUIDO POR DÍVIDA COMERCIAL | Em % do volume de negócios



As SNF não obtiveram, em termos líquidos, financiamento por dívida comercial...

Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores e o saldo de clientes.

No período 2008-2011 o indicador calculado para as SNF oscilou entre -3% e -5%, o que significa que as empresas, em termos líquidos, não obtiveram financiamento por via dos créditos comerciais. Não obstante, em 2011, registou-se uma redução deste diferencial (em cerca de 0.6 p.p.), particularmente devido ao comportamento das grandes empresas.

... ainda que as grandes empresas e as empresas dos setores da *Agricultura e Pescas* e da *Indústria* tenham registado saldos de fornecedores superiores aos saldos de clientes

Com efeito, a classe das grandes empresas atingiu em 2011, pela primeira vez em todo o período analisado, um diferencial favorável entre os saldos de fornecedores e de clientes. Esta situação indicia que as grandes empresas conseguiram obter financiamento de curto prazo junto dos seus fornecedores. Pelo contrário, nas PME o diferencial dos saldos comerciais tem sido bastante negativo, não constituindo assim uma forma alternativa de financiamento. Em 2011 representava 7% do seu volume de negócios, refletindo um agravamento de 0.2 p.p. face a 2010.

Por setores de atividade económica, destaca-se novamente o setor da *Construção*, que registou um agravamento significativo no indicador de financiamento líquido por dívida comercial, tendo este apresentado um saldo negativo de 9% do seu volume de negócios. Para este resultado terá contribuído o aumento do prazo médio de recebimentos referido anteriormente, para além da disparidade entre os ritmos de crescimento das dívidas de clientes e a fornecedores (em 2011 a dívida de clientes caiu 11%, enquanto a dívida a fornecedores caiu perto de 14%).

Em oposição, os setores da *Indústria*, *Outros Serviços*, *Comércio* e *Agricultura e Pescas* registaram em 2011 evoluções favoráveis neste indicador. No entanto, só na *Agricultura e Pescas* e no *Comércio* foi possível obter financiamento líquido por dívida comercial (em 2% do volume de negócios no primeiro caso e 0.4% no segundo). Na *Agricultura e Pescas* este posicionamento favorável tem sido uma constante no período em análise, já no *Comércio*, 2011 foi o segundo em que tal se verificou.

Nos *Outros Serviços* assiste-se a uma evolução acelerada deste indicador que, apesar de negativo está próximo do equilíbrio. Tal ficou a dever-se, em particular, à evolução registada na Secção Q – *Atividades de saúde humana e apoio social* (crescimento de 14 p.p., com o saldo de fornecedores a superar o saldo de clientes num montante equivalente a 26% do volume de negócios gerado, dando assim continuidade a uma tendência que remonta a 2008). Não obstante, outras Secções associadas aos *Outros Serviços* registaram igualmente melhorias ao nível deste indicador.

SÍNTESE METODOLÓGICA

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste *Estudo*, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e maior que 10 e um volume de negócios anual entre 2 e 50 milhões de euros ou um balanço total anual entre 2 e 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25% da amostra ordenada (i.e., em que 25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, havendo então metade das empresas com valor superior e também metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. O novo normativo contabilístico (SNC) eliminou o conceito de custos e proveitos extraordinários, assim como deixou de permitir a identificação inequívoca das componentes financeiras. Como tal, optou-se por adotar o conceito de EBITDA definido pelo SNC, ajustando, tanto quanto possível, os dados reportados de acordo com o anterior normativo contabilístico (POC), referentes ao período 2006-2009.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numerador e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, ao nível individual, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Por forma a simplificar a análise, em termos genéricos, agregaram-se algumas Secções da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE-Rev.3), associando-se as atividades com características semelhantes. Deste modo, foram construídos os seguintes agregados: *Agricultura e Pescas* (Secção A); *Indústria* (Secções B e C); *Eletricidade e Água* (Secções D e E), *Construção* (Secção F), *Comércio* (Secção G) e *Outros Serviços* (Secções H a S, com exceção das Secções K e O). Consequentemente, foram excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções O – *Administração Pública e Defesa*; *Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais* da CAE-Rev.3, por não se incluírem no setor institucional das SNF, tendo sido também excluídas as empresas classificadas na Secção K – *Atividades Financeiras e de Seguros* onde se incorporam as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) não financeiras sem envolvimento na gestão das participadas que, apesar de pertencerem ao setor das SNF (conforme regulamentado no SEC95), não foram consideradas neste Estudo em virtude das suas características muito específicas que as distinguem das restantes SNF.

REFERÊNCIAS

[1] **Banco de Portugal (2005)**, *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*, Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico de abril de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2005.pdf>

[2] **Banco de Portugal (2005)**, *Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico de dezembro de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-5-2005.pdf>

[3] **Banco de Portugal (2008)**, *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de maio de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2008.pdf>

[4] **Banco de Portugal (2008)**, *Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*, Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico de junho de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2008.pdf>

[5] **Banco de Portugal (2010)**, *Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 2, dezembro de 2010.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%202_2010.pdf

[6] **Banco de Portugal (2011)**, *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 3, setembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%203_2011.pdf

[7] **Banco de Portugal (2011)**, *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%206_2011.pdf

[8] **Banco de Portugal (2012)**, *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2010/2011*, Estudos da Central de Balanços | 7, abril de 2012.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%207_2012.pdf

[9] **Banco de Portugal (2012)**, *Relatório de Estabilidade Financeira*, maio de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/Paginas/RelatorioEstabilidadeFinanceira.aspx>

[10] Banco de Portugal (2012), *Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa em 2011*, maio de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Paginas/RelatorioAnual.aspx>

[11] Banco de Portugal (2012), *Boletim Económico – Verão* 2012, julho de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx>

[12] Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21900/0844008464.pdf>

[13] INE (2012), *Empresas em Portugal – 2010*.

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=143261306&att_display=n&att_download=y

[14] Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF>

[15] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de junho de 1996, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegCE2223ano96.pdf>



ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

- 1 | QUADROS DA EMPRESA E DO SECTOR, novembro de 2010
- 2 | ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, dezembro de 2010
- 3 | ANÁLISE SECTORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, setembro de 2011
- 4 | ANÁLISE SECTORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, novembro de 2011
- 5 | ANÁLISE SECTORIAL DO ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES, novembro de 2011
- 6 | NOVOS QUADROS DA EMPRESA E DO SETOR: ADAPTAÇÃO AO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, dezembro de 2011
- 7 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011, abril de 2012
- 8 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012, novembro de 2012